

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS

Volume 2 - Primeiros impérios da Antiguidade

Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante - fontes, poder e coexistência

Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante (c. 2350-539 a.C.) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Este volume acompanha cerca de dezoito séculos de experiências imperiais no Egito e no antigo Oriente Próximo. O percurso começa com o império de Akkad, por volta de 2350 a.C., e termina em 539 a.C., quando Ciro II conquistou a Babilônia e incorporou seus territórios ao Império Aquemênida. Entre esses marcos, diferentes centros tentaram transformar vitórias militares em governo duradouro: Akkad, Ur, Tebas e Mênfis, Hattusa, Assur, Nínive e Babilônia. Ao redor deles existiram reinos, cidades, confederações e populações móveis que negociaram, resistiram e por vezes construíram seus próprios projetos de expansão.

Não há uma linha reta ligando esses impérios. O Estado de Ur III não foi simplesmente uma continuação de Akkad; o império egípcio não funcionou como o hitita; e a Assíria do primeiro milênio a.C. combinou práticas antigas com soluções novas. As experiências se sobrepuseram no tempo, trocaram técnicas, escreveram umas às outras e disputaram as mesmas zonas estratégicas. Por isso, este livro organiza a narrativa por períodos e problemas, mantendo sempre visível a coexistência.

Ideia central: Os primeiros impérios não foram protótipos imperfeitos de Estados modernos. Foram soluções históricas específicas para controlar pessoas, terras, rotas e recursos em sociedades nas quais a comunicação era lenta, a agricultura dependia de ecologias regionais e a autoridade política precisava ser continuamente encenada, negociada e defendida.

Pergunta central

Como as primeiras formações imperiais do antigo Oriente Próximo transformaram cidades, redes, conquistas e relações de dependência em ordens políticas de longa distância - e como fontes desiguais permitem reconstruir seus mecanismos, limites, coexistências e transformações?

Como usar este volume

Cada capítulo combina narrativa cronológica, análise institucional e discussão das fontes. Datas são apresentadas como aproximações quando a cronologia é debatida. As fronteiras são tratadas como zonas de influência variável, não como linhas nacionais. Termos como império, vassalo, deportação, tributo e colapso são explicados no contexto de cada sociedade.

O objetivo é permitir três tipos de leitura. A primeira é contínua, para compreender a sequência histórica. A segunda é comparativa, usando tabelas e perguntas recorrentes sobre governo, guerra, economia e legitimidade. A terceira é documental: o leitor aprende a distinguir uma inscrição real de uma carta diplomática, um arquivo administrativo de uma reconstrução arqueológica e um consenso acadêmico de uma hipótese em debate.

Autoria, pesquisa e uso editorial

O texto, a estrutura explicativa, as sínteses e as comparações deste volume foram redigidos originalmente para esta coleção. Fatos históricos, nomes e datas pertencem ao conhecimento comum; interpretações especializadas são acompanhadas por referências acadêmicas. Não foram reproduzidos longos trechos de obras contemporâneas. Traduções integrais de fontes antigas também não são reproduzidas: o material resume seu conteúdo e encaminha o leitor a edições responsáveis.

O conteúdo pode servir de base para estudo, aulas, roteiros e publicações em blog. Ao adaptá-lo, é recomendável manter a bibliografia, verificar novamente datas controversas e distinguir o texto autoral de imagens obtidas em museus ou bancos digitais, que possuem licenças próprias. Crédito editorial sugerido: “Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Pesquisa histórica baseada na bibliografia indicada. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial.”

Convenções

- a.C. indica datas anteriores à Era Comum; todas as datas antigas são aproximadas quando não houver indicação contrária.
- “Antigo Oriente Próximo” designa aqui, de modo prático, Mesopotâmia, Anatólia, Levante, Egito e áreas vizinhas conectadas.
- Nomes possuem grafias diferentes em português e em publicações internacionais. A forma principal é acompanhada, quando útil, por variantes de busca.
- “Reino” e “império” são categorias analíticas. Governantes antigos empregavam títulos próprios, frequentemente traduzidos como “rei das quatro regiões”, “grande rei” ou “rei do universo”.
- A chamada cronologia média é usada como referência para o segundo milênio a.C., com aviso quando a incerteza é relevante.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	5
1. Evidências, cronologias e mapas.....	6
2. Antes de Akkad: cidades, palácios e redes.....	9
3. O Império de Akkad.....	12
4. Ur III: restauração, administração e limites.....	15
5. Amoritas, Babilônia e a Assíria mercantil.....	18
6. O império egípcio do Reino Novo.....	21
7. Mitani, Babilônia cassita e o Império Hitita.....	25
8. O sistema diplomático da Idade do Bronze Tardia.....	28
9. A crise por volta de 1200 a.C.....	31
10. O novo tabuleiro da Idade do Ferro.....	34
11. A construção do Império Neoassírio.....	37
12. Como o Império Neoassírio governava.....	40
13. O Império Neobabilônico e a conquista persa.....	44
14. Linha do tempo e impérios coexistentes.....	47
15. Comparação, controvérsias e roteiro de estudo.....	50
Apêndice A. Cronologia analítica.....	54
Apêndice B. Matrizes comparativas.....	57
Apêndice C. Glossário essencial.....	60
Apêndice D. Laboratório de fontes e atividades.....	62
Bibliografia comentada.....	65
Fontes digitais, cursos e documentários sérios.....	69

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências, cronologias e mapas

1.1 Um passado documentado de maneira desigual

O antigo Oriente Próximo deixou centenas de milhares de textos, monumentos, edifícios e objetos, mas esse volume não equivale a uma cobertura uniforme. Algumas décadas de Ur III são conhecidas por dezenas de milhares de tabuinhas administrativas; outras regiões e períodos aparecem apenas em inscrições reais ou em vestígios arqueológicos fragmentários. Um arquivo pode sobreviver porque um palácio incendiado cozinhou acidentalmente as tabuinhas de argila. Outro desapareceu porque os documentos eram escritos em materiais perecíveis ou porque a área ainda não foi escavada.

Essa desigualdade cria uma regra de método: quantidade de documentos não é sinônimo de importância histórica. Também não se deve confundir silêncio documental com ausência de pessoas, comércio ou organização. Comunidades rurais, trabalhadores, mulheres, populações pastoris e grupos politicamente derrotados costumam aparecer filtrados pelas instituições que os registravam.

1.2 As principais famílias de fontes

Tipo	Exemplos	O que pode revelar	Limites principais
Inscrição real	Estelas, anais, fundações	Ideologia, campanhas, obras, títulos	Seleção propagandística; derrotas omitidas
Arquivo administrativo	Rações, impostos, trabalho, rebanhos	Rotina institucional, recursos, pessoal	Visão da repartição que produziu o arquivo
Correspondência	Cartas de Amarna, Mari, Assíria	Decisão, conflito, diplomacia, informação	Contexto incompleto; vozes mediadas por escribas
Documento jurídico	Contratos, vendas, adoções, julgamentos	Propriedade, família, crédito, normas	Prática local; não representa toda a sociedade
Arqueologia	Assentamentos, cerâmica, restos ambientais	Demografia, consumo, destruição, paisagem	Datação e interpretação nem sempre conclusivas
Imagem e monumento	Relevos, templos, palácios, selos	Ritual, hierarquia, representação do poder	Não é fotografia neutra da realidade

1.3 Ler a propaganda sem descartá-la

Inscrições reais celebram vitórias, obras e proteção divina. Elas exageram, silenciam e repetem fórmulas, mas não são inúteis. Ao contrário: mostram como um regime desejava ser reconhecido, quais públicos pretendia alcançar e que comportamentos considerava legítimos. Um relato assírio de campanha deve ser comparado a cartas, tributos, arqueologia e textos de adversários. A discrepância não é mero erro; ela pode revelar a política da memória.

Quando um rei afirma ter destruído completamente uma cidade que reaparece ativa poucos anos depois, várias explicações são possíveis. A fórmula pode significar vitória decisiva, não aniquilação literal; a cidade pode ter sido reconstruída; ou diferentes lugares podem compartilhar um nome. O trabalho histórico começa quando a frase deixa de ser tomada ao pé da letra e passa a ser transformada em pergunta.

1.4 Por que as datas variam

Para o primeiro milênio a.C., listas de reis, limus assírios e observações astronômicas permitem uma cronologia relativamente firme. Para partes do segundo e do terceiro milênios, há margens maiores. A data da queda da Babilônia diante do rei hitita Mursili I, por exemplo, depende do sistema cronológico adotado. A cronologia média a situa por volta de 1595 a.C.; cronologias alta, baixa e ultrabaixa propõem outros anos.

As diferenças não significam que “ninguém sabe nada”. Sequências relativas podem ser sólidas mesmo quando o ano absoluto é debatido. Historiadores combinam listas dinásticas, sincronismos entre governantes, camadas arqueológicas, dendrocronologia, radiocarbono e registros astronômicos. O resultado é uma cronologia calibrada, com graus diferentes de confiança.

Como citar uma data: Se o ano é convencional, use “c.” ou “por volta de”. Se existe debate relevante, indique o sistema: “1595 a.C., pela cronologia média”. Evite precisão falsa, como atribuir dia e mês modernos a um acontecimento conhecido apenas por sequência dinástica.

1.5 O problema dos mapas imperiais

Mapas escolares tendem a pintar a extensão máxima de um império com uma única cor. Essa representação mistura províncias administradas, reinos tributários, aliados, áreas de campanha e regiões apenas reivindicadas. No Egito do Reino Novo, o vale núbio ao sul foi incorporado de modo diferente das cidades levantinas. No Império Hitita, territórios centrais, reinos subordinados e zonas disputadas formavam camadas. Na Assíria, áreas inicialmente tributárias podiam tornar-se províncias após rebeliões.

Um mapa analítico deveria distinguir pelo menos cinco situações: núcleo; província; reino vassalo; zona tributária; e fronteira contestada. Também deveria ser datado por reinado ou período curto. A pergunta correta não é apenas “até onde o império chegou?”, mas “como e por quanto tempo o centro exercia poder em cada área?”.

1.6 Escalas de análise

Os acontecimentos podem ser observados em escalas complementares. Na escala de longa duração, a escrita, o armazenamento e a urbanização criaram condições para organizações extensas. Na escala de séculos, mudanças de rotas, tecnologias e equilíbrios regionais alteraram oportunidades. Na escala de reinados, sucessão e liderança importaram. Na escala local, uma família podia experimentar o império por meio de uma obrigação de trabalho, uma guarnição, um contrato ou a circulação de uma nova medida.

Reduzir tudo a um único fator produz explicações frágeis. A expansão de Akkad não decorreu somente de armas; a crise do século XII a.C. não resultou apenas do clima; e a queda da Assíria não foi causada por uma só batalha. Bons argumentos conectam mecanismos entre escalas.

1.7 Um protocolo de leitura

Ao encontrar uma afirmação histórica, pergunte: quem produziu a evidência; quando; para qual público; com que finalidade; em qual contexto arqueológico; e como a data foi estabelecida. Em seguida, procure uma fonte de outro tipo. Uma carta pode corrigir a imagem solene de uma inscrição; uma pesquisa de assentamentos pode mostrar que a paisagem não acompanhou uma alegação de domínio; um contrato pode revelar continuidades sob uma nova dinastia.

Leituras-base do capítulo: Marc Van De Mieroop, *A History of the Ancient Near East*; Mario Liverani, *The Ancient Near East*; Marc Van De Mieroop, *Cuneiform Texts and the Writing of History*; Amélie Kuhrt, *The Ancient Near East*.

2. Antes de Akkad: cidades, palácios e redes

2.1 O mundo das cidades-Estado

No sul da Mesopotâmia do quarto e do terceiro milênios a.C., cidades como Uruk, Ur, Lagash, Umma e Kish concentravam templos, oficinas, armazéns e autoridades políticas. A planície aluvial favorecia agricultura irrigada, mas exigia manutenção de canais e acesso a madeira, pedra e metais vindos de longe. As cidades não eram ilhas: aldeias, campos, pastagens, portos e rotas compunham seus territórios.

A expressão cidade-Estado ajuda a indicar a centralidade urbana, porém não deve sugerir uma república autônoma moderna. Templos, palácios, famílias poderosas e assembleias podiam compartilhar ou disputar autoridade. Títulos e instituições variaram no tempo. Algumas cidades dominaram vizinhas; outras formaram alianças ou reconheceram uma hegemonia temporária.

2.2 Escrita, contabilidade e capacidade institucional

A escrita surgiu em estreita relação com registros econômicos, embora logo fosse usada para literatura, culto, diplomacia e memória política. Listas de trabalhadores, campos, cereais, animais e entregas permitiam administrar recursos além da lembrança pessoal. Selos identificavam agentes e protegiam recipientes; pesos e medidas tornavam transações comparáveis; calendários organizavam obrigações.

Isso não criou automaticamente um império. Criou instrumentos que podiam ser apropriados por organizações maiores. O passo decisivo era articular registros, pessoal, transporte, coerção e legitimidade através de distâncias. Mesmo sistemas documentais sofisticados dependiam de mensageiros, supervisores e interpretações locais.

2.3 Templo, palácio e casa

O templo administrava terras, rebanhos, trabalhadores e oferendas; o palácio coordenava guerra, diplomacia, justiça e grandes domínios; casas particulares participavam de crédito, comércio e produção. Essas esferas não eram separadas como instituições modernas. Membros de famílias governantes ocupavam sacerdócios, comerciantes atuavam para o palácio e propriedades podiam ser vinculadas a obrigações públicas.

O contraste “economia estatal versus mercado livre” é inadequado. Existiam redistribuição institucional, troca, crédito, arrendamento e produção doméstica ao mesmo tempo. A proporção variava por cidade, período e setor.

2.4 Guerra e hegemonia antes do império

Conflitos entre Lagash e Umma, conhecidos por inscrições e monumentos, mostram disputas de fronteira, água, terra e precedência. Reis celebravam vitórias e apresentavam os deuses como garantidores da ordem. Eannatum de Lagash, no século XXV a.C., conquistou ou recebeu submissão de várias cidades, mas sua hegemonia não se consolidou numa estrutura comparável à de Akkad.

Pouco antes de Sargão, Lugalzagesi de Umma e Uruk reuniu boa parte do sul mesopotâmico. Sua derrota não significa que Sargão inventou a expansão. A novidade de Akkad esteve na escala, na duração, na linguagem de universalidade e na capacidade de combinar conquista do sul com redes para o norte e o oeste.

2.5 A ecologia das conexões

O sul possuía cereais, lã, tâmaras e transporte fluvial, mas dependia de materiais externos. Rotas alcançavam o planalto iraniano, o Golfo, a Anatólia e a Síria. Mercadorias, artesãos, estilos e ideias circulavam por redes muito anteriores aos impérios territoriais. Controlar pontos de passagem e intermediários podia ser mais importante que ocupar cada quilômetro.

Essa dependência ajuda a explicar por que governantes buscavam campanhas distantes e apresentavam a chegada de pedra, madeira e metais como sinal de poder. Entretanto, comércio e conquista não eram a mesma coisa. Uma expedição podia proteger uma rota, exigir tributo ou apenas produzir prestígio.

2.6 Condições e contingência

Por volta de 2350 a.C., a Mesopotâmia possuía cidades densas, tradição militar, escrita, administração e redes de longa distância. Nada disso tornava inevitável o Império de Akkad. A formação imperial dependeu também de guerras específicas, coalizões, liderança, aproveitamento de rivalidades e reprodução dinástica. Estrutura cria possibilidades; atores escolhem entre elas sob informação limitada.

Condição	Vantagem para expansão	Problema criado	Resposta possível
Produção irrigada	Excedente concentrável	Manutenção e disputa de água	Administração de canais e trabalho
Rede urbana	Pontos de comando e arrecadação	Cidades com identidades fortes	Governadores, guarnições, cultos
Escrita	Registro e memória institucional	Dependência de escribas	Formação e padronização administrativa
Rotas extensas	Acesso a bens e prestígio	Distância e intermediários	Postos, alianças e expedições
Tradição de guerra	Tropas e experiência	Coalizões contra o vencedor	Recompensas, casamentos e repressão

Leituras-base do capítulo: Hans Nissen, The Early History of the Ancient Near East; Guillermo Algaze, Ancient Mesopotamia at the Dawn of Civilization; Harriet Crawford, Sumer and the Sumerians; Mario Liverani, The Ancient Near East.

3. O Império de Akkad

3.1 Sargão e a construção de uma origem

Sargão de Akkad, cujo reinado é geralmente situado entre cerca de 2334 e 2279 a.C., derrotou Lugalzagesi e submeteu cidades do sul. As fontes que narram sua vida pertencem a épocas diferentes. Inscrições contemporâneas ou próximas dos acontecimentos convivem com lendas posteriores que transformaram o rei em personagem exemplar. A conhecida narrativa de origem humilde e abandono infantil não deve ser lida como biografia comprovada; ela mostra a força posterior da memória sargônica.

Até a localização exata da capital Akkad, ou Agade, permanece desconhecida. Isso não impede reconhecer seu papel político: deu nome à dinastia, à região e à língua acádia. A ausência arqueológica da capital torna ainda mais importante comparar inscrições, selos, documentos e vestígios de outras cidades.

3.2 Conquista do sul e legitimação

Sargão apresentou-se como rei de Kish, título de prestígio que transcendia uma cidade específica, e como escolhido da deusa Ishtar. A vitória sobre Lugalzagesi foi encenada como inversão completa da ordem anterior. Contudo, conquistar cidades sumérias não eliminou suas instituições. Governar exigia lidar com templos, elites e tradições locais.

Uma estratégia foi inserir membros da família real em posições religiosas. Enheduanna, filha de Sargão, tornou-se alta sacerdotisa do deus lunar Nanna em Ur. Sua função ligava a dinastia a um centro cultural decisivo e é associada a composições literárias em sumério. A nomeação ilustra como parentesco, culto e governo podiam formar uma única política.

3.3 Até onde chegou Akkad?

As inscrições atribuem a Sargão e seus sucessores campanhas para o Golfo, Elam, norte da Mesopotâmia, Síria e talvez Anatólia. A expressão “do Mar Inferior ao Mar Superior” comunicava universalidade, mas não equivale a fronteiras contínuas do Golfo Pérsico ao Mediterrâneo. Em algumas regiões houve administração mais direta; em outras, expedições, tributo ou reconhecimento temporário.

Sítios como Tell Brak mostram presença e investimento acádios no norte, embora a interpretação da sequência local seja discutida. O império parece ter usado cidades estratégicas e corredores, não uma malha homogênea de províncias. A força do centro era maior onde podia apoiar-se em estruturas urbanas e rotas já existentes.

3.4 Rimush, Manishtushu e a continuidade difícil

Após Sargão, Rimush e Manishtushu enfrentaram revoltas e realizaram novas campanhas. A repetição de rebeliões demonstra que a conquista não havia produzido obediência automática. Também revela um dilema dinástico: cada sucessão testava a coalizão imperial. Reprimir cidades e redistribuir terras podia fortalecer aliados no curto prazo, mas ampliar ressentimentos e dependência militar.

Textos associados a compras de terras por Manishtushu sugerem operações em grande escala, embora a natureza jurídica e política dessas transações seja debatida. Eles mostram que poder imperial envolvia recursos fundiários, não apenas tributo externo.

3.5 Naram-Sin e a realeza universal

Naram-Sin, neto de Sargão, levou a ideologia dinástica a um novo patamar. Adotou o título “rei das quatro regiões” e teve seu nome precedido pelo sinal divino em inscrições. A famosa estela da vitória o representa maior que os demais, ascendendo uma montanha sob símbolos celestes. A composição não documenta simplesmente uma batalha; organiza visualmente uma hierarquia cósmica e política.

Seu reinado incluiu campanhas extensas e uma grande rebelião de cidades. A inscrição sobre a revolta apresenta o rei vencendo uma vasta coalizão. Mesmo que a lista e a retórica ampliem o feito, a crise foi real o bastante para marcar a memória dinástica. A vitória permitiu reformular a autoridade: não só rei de uma cidade, mas governante de alcance universal e excepcional proximidade divina.

Evidência em foco: A estela de Naram-Sin deve ser analisada em três camadas: o acontecimento militar que celebra; as escolhas visuais que ordenam vencedores, vencidos e divindades; e sua trajetória posterior, pois foi levada a Susa como troféu muitos séculos depois.

3.6 Administração, língua e agentes locais

O acádio ganhou espaço administrativo e monumental, mas o sumério continuou importante. A coexistência linguística alerta contra a ideia de substituição cultural imediata. Escribas trabalhavam em tradições compartilhadas; títulos e formatos locais persistiam; governadores podiam ser membros da elite regional ou representantes mais ligados à dinastia.

O governo combinava guarnições, parentes reais, administradores, templos e juramentos. Não conhecemos um organograma completo. A melhor reconstrução é modular: identificar quem controlava terra, trabalho, armazenamento, justiça, culto e comunicação em cada região.

3.7 Economia imperial e circulação

Campanhas traziam tributos, cativos e bens de prestígio; domínios e oficinas sustentavam a corte; rotas conectavam o sul a metais, pedra e madeira. A expansão provavelmente aumentou a circulação de estilos, selos e práticas administrativas. Ainda assim, não se deve imaginar uma economia nacional unificada. Pesos, medidas e procedimentos podiam variar, e boa parte da produção permanecia local.

O império alterou quem podia mobilizar recursos em grande escala. Ao concentrar autoridade dinástica, transformou fluxos antes disputados por várias cidades. Essa concentração tornou possíveis projetos e exércitos maiores, mas também criou pontos de falha: rebelião, bloqueio de rotas ou crise sucessória afetavam uma rede interdependente.

3.8 O fim de Akkad

O declínio ocorreu ao longo do final do século XXIII e início do XXII a.C. Textos posteriores responsabilizaram Naram-Sin por ofender os deuses e associaram o desastre aos gútios. Pesquisas modernas discutem também conflitos internos, fragmentação política, mudanças ambientais e dificuldades de abastecimento. Evidências de aridificação em partes da região são relevantes, mas não sustentam uma explicação climática única para todas as áreas.

O mecanismo provável foi cumulativo. Menor produção ou deslocamento de assentamentos podia reduzir receitas; disputas dinásticas e revoltas aumentavam custos; regiões periféricas escapavam; governantes locais retomavam autonomia; invasores e grupos móveis exploravam a fragmentação. Diferentes regiões deixaram o sistema em momentos distintos.

3.9 A memória sargônica

O legado de Akkad foi muito maior que sua duração. Reis posteriores copiaram inscrições, invocaram Sargão e Naram-Sin e usaram suas histórias para pensar conquista, arrogância, desastre e restauração. “Akkad” tornou-se parte do vocabulário político da Mesopotâmia. A dinastia forneceu um repertório de títulos e imagens que governantes assírios e babilônicos reinterpretariam.

Leituras-base do capítulo: Benjamin R. Foster, *The Age of Agade*; Joan Goodnick Westenholz, *Legends of the Kings of Akkade*; Marc Van De Mieroop, *A History of the Ancient Near East*; Karen Radner, Nadine Moeller e D. T. Potts, orgs., *The Oxford History of the Ancient Near East*.

4. Ur III: restauração, administração e limites

4.1 Entre a fragmentação e a reunificação

Depois da desagregação de Akkad, diferentes poderes disputaram o sul. Gudea de Lagash é conhecido por estátuas e inscrições que enfatizam construção de templos e relações de longa distância. Utu-hegal de Uruk celebrou a derrota do governante gútio Tirigan. Ur-Nammu, inicialmente ligado a Utu-hegal, estabeleceu em Ur uma nova dinastia por volta de 2112 a.C.

A tradição moderna chama o período de Terceira Dinastia de Ur, ou Ur III. Seus reis apresentaram-se como restauradores da ordem suméria, mas aproveitaram elementos sargônicos, inclusive títulos universais e controle suprarregional. “Restauração” era uma linguagem política, não retorno literal a um passado intacto.

4.2 Ur-Nammu: construção e justiça

Ur-Nammu promoveu grandes obras, incluindo o zigurate de Ur, reorganizou territórios e é associado a uma coleção de leis preservada em cópias posteriores. O texto legal apresenta o rei como garantidor de justiça, pesos corretos e proteção contra abusos. Como outras coleções mesopotâmicas, não era um código moderno aplicado de maneira uniforme por tribunais; combinava ideologia régia, casos normativos e tradição jurídica.

As obras monumentais integravam religião, economia e política. Construir um templo significava mobilizar trabalho e materiais, renovar a relação com uma divindade e afirmar que o rei criava estabilidade. Tijolos inscritos transportavam a memória do patrono para a própria arquitetura.

4.3 Shulgi e a intensificação do Estado

Shulgi, que reinou por quase meio século, foi central na consolidação. Reformou práticas administrativas, investiu em estradas e estações, realizou campanhas e foi divinizado em vida. Hinos o descrevem como guerreiro, juiz, atleta e escriba perfeito. Essas qualidades compõem um modelo de soberania capaz de abarcar todo o reino.

O sistema de mensageiros e casas de parada melhorava a comunicação. Registros de rações permitem observar funcionários em trânsito. A infraestrutura não eliminava a distância, mas reduzia incertezas e tornava o centro mais presente.

4.4 Províncias centrais e periferias militares

Ur III distinguia, em termos gerais, províncias do núcleo e territórios periféricos submetidos a governadores militares. No centro, administradores provinciais recolhiam recursos e respondiam a mecanismos de redistribuição. Nas bordas, comandantes lidavam com defesa, tributo e populações menos incorporadas. A fronteira oriental, próxima ao Zagros e a Elam, era especialmente ativa.

Essa diferenciação é uma característica imperial: não governar todos do mesmo modo. O centro podia exigir registros minuciosos numa província agrícola e aceitar relações tributárias ou militares em outra área.

4.5 O sistema bala

O termo bala está associado a um sistema rotativo no qual províncias forneciam recursos para sustentar instituições centrais, a corte e centros redistributivos. A interpretação exata varia, mas o princípio de rotação ajuda a entender como obrigações foram distribuídas no tempo. O enorme arquivo de Puzrish-Dagan, também chamado Drehem, documenta entrada e redistribuição de animais, muitos destinados a oferendas e eventos institucionais.

Os registros impressionam pela precisão, porém mostram apenas segmentos do sistema. Um recibo de ovelhas confirma uma transferência; não revela sozinho como os animais foram produzidos, negociados ou perdidos antes de chegar. A burocracia torna o Estado legível justamente nos pontos que ele escolheu registrar.

4.6 Trabalho, dependência e vida institucional

Tabuinhas registram equipes de trabalho, rações, tarefas e tempo. Mulheres aparecem em grandes grupos vinculados a oficinas têxteis, mas suas condições não eram uniformes. Categorias administrativas não correspondem automaticamente a “livre” e “escravo” no sentido moderno. Existiam pessoas escravizadas, dependentes institucionais, trabalhadores por obrigação e famílias com diferentes graus de autonomia.

Rações de cereal, óleo e lã funcionavam como manutenção e remuneração em contextos específicos. O sistema dependia de avaliação, supervisão e contabilidade. Registros de produtividade podem representar metas normativas, negociação burocrática ou tentativas de responsabilizar administradores, e não necessariamente o trabalho real de cada indivíduo.

4.7 Reis divinos e cidades antigas

Reis de Ur III foram divinizados e receberam culto, mas continuaram dependentes das tradições das grandes cidades. Ensi locais, sacerdotes e famílias administrativas tinham raízes próprias. A dinastia buscava integrar esses grupos por nomeações, casamentos, rituais e circulação de recursos.

A centralização não apagou identidades urbanas. O império falava em nome de uma ordem comum enquanto se apoiava em instituições locais. Essa tensão explica sua capacidade e sua vulnerabilidade.

4.8 Crise e queda de Ur

No reinado de Ibši-Sin, o sistema perdeu territórios, sofreu escassez e enfrentou movimentos amoritas e pressão elamita. Ishbi-Erra, funcionário estabelecido em Isin, ganhou autonomia enquanto declarava agir em benefício do rei. Cartas literárias posteriores dramatizam a deterioração, embora sua forma não permita tratá-las como correspondência direta sem crítica.

Ur foi capturada por forças elamitas por volta de 2004 a.C. Lamentações apresentaram a queda como abandono divino e catástrofe cósmica. Politicamente, o fim foi fragmentado: Isin e outros centros preservaram práticas, escribas e ideologias de Ur III. O aparato imperial não desapareceu de uma vez; foi redistribuído entre Estados sucessores.

Comparação: Akkad e Ur III reuniram o sul mesopotâmico, usaram títulos universais e enfrentaram periferias difíceis. Ur III, porém, é muito mais visível por seus arquivos administrativos. Essa diferença documental pode fazer o segundo parecer automaticamente mais burocrático; parte do contraste é real, parte decorre do acaso de preservação.

Leituras-base do capítulo: Piotr Michalowski, *The Correspondence of the Kings of Ur*; Steven J. Garfinkle, *Entrepreneurs and Enterprise in Early Mesopotamia*; Marc Van De Mieroop, *A History of the Ancient Near East*; Karen Radner, Nadine Moeller e D. T. Potts, orgs., *The Oxford History of the Ancient Near East*.

5. Amoritas, Babilônia e a Assíria mercantil

5.1 Depois de Ur III: um mosaico político

O início do segundo milênio a.C. foi marcado por reinos concorrentes. Isin e Larsa disputaram o sul; Eshnunna controlou rotas no Diyala; Mari ocupou posição estratégica no médio Eufrates; Assur ligou a Mesopotâmia à Anatólia; Babilônia começou como um centro relativamente modesto. Dinastias frequentemente identificadas como amoritas governavam muitas dessas cidades, mas adotaram línguas, cultos e instituições mesopotâmicas.

“Amorita” não designava uma população uniforme que simplesmente substituiu a anterior. O termo aparece em contextos linguísticos, geográficos e políticos variados. Famílias de origem ou identidade amorita integraram-se às cidades e construíram novas casas dinásticas. A oposição entre nômade invasor e sociedade urbana sedentária simplifica uma interação que envolvia pastoreio, serviço militar, comércio e parentesco.

5.2 A rede comercial da Antiga Assíria

Nos séculos XX e XIX a.C., mercadores de Assur mantiveram colônias comerciais na Anatólia, sobretudo em Kanesh, atual Kültepe. Milhares de tabuinhas registram sociedades, empréstimos, caravanas, litígios, impostos e correspondência familiar. Estanho e tecidos seguiam para a Anatólia; prata retornava. O sistema operava por casas mercantis e instituições cívicas, não por conquista territorial assíria.

Kanesh permite observar famílias separadas por longas distâncias. Mulheres em Assur produziam tecidos, administravam propriedades e trocavam cartas com parentes no exterior. Mercadores calculavam risco, crédito e transporte, enquanto negociavam com autoridades anatólias. A rede mostra que influência e conectividade não exigem império formal.

5.3 Shamshi-Adad e o reino da Alta Mesopotâmia

Shamshi-Adad I construiu no início do século XVIII a.C. um grande reino no norte, apropriando-se de Assur e instalando filhos em centros estratégicos. Correspondências revelam suas instruções, críticas e preocupações com disciplina, alianças e abastecimento. O domínio dependia fortemente da casa dinástica e de uma rede pessoal de governadores.

Após sua morte, a construção perdeu coesão. O episódio ilustra o problema da sucessão em impérios patrimoniais: quando comunicação, autoridade e confiança convergem na pessoa do soberano, a transição expõe rivalidades. Mari recuperou-se por algum tempo sob Zimri-Lim, mas logo enfrentou a expansão babilônica.

5.4 Mari como observatório diplomático

O palácio de Mari preservou cerca de vinte mil tabuinhas. Elas registram embaixadas, alianças, casamentos, profecias, movimentos de tropas, rebanhos e disputas locais. A documentação mostra um mundo no qual reis se chamavam de irmãos quando reconheciam status equivalente e disputavam precedência por presentes e casamentos.

Informação era um recurso estratégico. Governantes precisavam saber quem se reunia, quais cidades vacilavam e onde havia alimento para uma força em marcha. Mensageiros e agentes produziam relatórios, mas rumores e atraso podiam distorcer decisões. A política internacional era tanto um problema de conhecimento quanto de força.

5.5 Hammurabi: de rei local a hegemom

Hammurabi reinou em Babilônia aproximadamente entre 1792 e 1750 a.C., pela cronologia média. Durante boa parte do reinado, não controlou toda a Mesopotâmia. Navegou entre poderes maiores, formou alianças e escolheu momentos para atacar Larsa, Eshnunna e Mari. Sua expansão decisiva concentrou-se nos últimos anos.

Esse ritmo corrige a imagem de um conquistador irresistível desde o início. Hammurabi acumulou capacidade dentro de um sistema multipolar e aproveitou mudanças na coalizão. Ao derrotar antigos aliados, transformou uma cidade entre várias no centro de um grande reino, ainda que de curta duração em sua extensão máxima.

5.6 A chamada lei de Hammurabi

A estela conhecida como Código de Hammurabi reúne prólogo, cerca de 282 disposições e epílogo. O rei aparece diante do deus solar Shamash e se apresenta como promotor de justiça. Os casos tratam de propriedade, comércio, família, trabalho, lesões e responsabilidade profissional. Penalidades variam conforme status social e circunstância.

Chamá-la de código pode sugerir exclusividade e aplicação automática. Não possuímos evidência de que tribunais consultavam a estela como um código moderno. Decisões jurídicas continuaram baseadas em contratos, costumes, juramentos, testemunhas e autoridade judicial. A coleção era ao mesmo tempo monumento de realeza justa, exercício erudito e formulação de princípios.

Leitura responsável: A fórmula de retaliação física presente em algumas disposições não resume todo o direito babilônico. Muitas normas prescrevem compensação, restituição, prova ou responsabilidade. O documento deve ser lido como estrutura social e ideologia de justiça, não como catálogo isolado de punições.

5.7 Administração babilônica e realidades locais

Cartas de Hammurabi e de funcionários mostram supervisão de canais, tropas, terras, templos e litígios. O rei exigia relatórios e intervinha em casos específicos. Contudo, a capacidade de Babilônia dependia de autoridades urbanas e estruturas herdadas. Conquistar Larsa não significava substituir imediatamente todo o pessoal administrativo.

O domínio mais extenso não sobreviveu intacto a Samsu-iluna, filho de Hammurabi. Rebeliões no sul, perda de territórios e novas pressões reduziram o reino. A Primeira Dinastia da Babilônia continuou por cerca de um século e meio, mas a hegemonia de Hammurabi foi uma conjuntura, não estabilidade permanente.

5.8 A projeção posterior da Babilônia

Hammurabi tornou-se célebre, porém a Babilônia adquiriu parte decisiva de sua centralidade cultural depois dele. Sua divindade principal, Marduk, foi elevada em tradições teológicas; a língua babilônica tornou-se forma de prestígio do acádio; escolas copiaram textos. O poder simbólico de uma cidade pode crescer mesmo após a redução de seu território.

Em 1595 a.C., na cronologia média, o rei hitita Mursili I realizou uma incursão que encerrou a dinastia. Os hititas não ocuparam duradouramente a Babilônia. O evento abriu espaço para uma dinastia cassita, demonstrando que destruir um centro e governar sua região são operações diferentes.

Formação	Base de poder	Alcance	Traço distintivo
Assur mercantil	Casas comerciais e cidade	Rede até a Anatólia	Influência sem anexação territorial
Reino de Shamshi-Adad	Casa dinástica e guarnições	Alta Mesopotâmia	Forte dependência do fundador
Mari de Zimri-Lim	Palácio, alianças e médio Eufrates	Rede regional	Arquivo diplomático excepcional
Babilônia de Hammurabi	Cidade, exército e coalizões	Sul e centro mesopotâmicos	Expansão tardia e ideologia de justiça

Leituras-base do capítulo: Dominique Charpin, *Hammurabi of Babylon*; Amanda H. Podany, *Brotherhood of Kings*; Marc Van De Mieroop, *King Hammurabi of Babylon*; Mogens Trolle Larsen, *Ancient Kanesh*; Jack M. Sasson, *From the Mari Archives*.

6. O império egípcio do Reino Novo

6.1 O Egito entre integração e fragmentação

O vale do Nilo favorecia uma unidade territorial diferente da Mesopotâmia. Um eixo fluvial conectava regiões agrícolas, enquanto desertos limitavam certas rotas. Mesmo assim, o Egito passou por fases de fragmentação, concorrência dinástica e domínio estrangeiro. No Segundo Período Intermediário, governantes hicsos controlaram o norte a partir de Avaris, enquanto uma dinastia tebana consolidou o sul.

Ahmose I derrotou os hicsos por volta de 1550 a.C. e iniciou a XVIII Dinastia. A memória da expulsão ajudou a legitimar campanhas posteriores, mas o império do Reino Novo não foi simples reação defensiva. O domínio externo envolveu recursos, segurança, prestígio e competição com outros grandes reis.

6.2 Duas direções de expansão

Ao sul, o Egito avançou pela Núbia, região associada a ouro, gado, pessoas e rotas africanas. Ao nordeste, interveio no Levante e na Síria, onde cidades controlavam corredores comerciais e podiam apoiar rivais. As duas fronteiras tiveram formas de governo distintas.

Na Núbia, fortalezas, templos, assentamentos e a administração do “filho real de Kush” expressavam incorporação profunda. No Levante, muitas cidades mantiveram seus governantes, entregando tributo, hospedando guarnições e respondendo a representantes egípcios. A intensidade oscilava conforme reinado e distância.

6.3 Hatshepsut e a política da realeza

Hatshepsut governou como faraó no século XV a.C. Sua imagem combinou formas femininas e atributos tradicionalmente masculinos da realeza egípcia. Em vez de tratá-la como exceção exótica, é melhor examinar como mobilizou genealogia, escolha divina, monumentos e precedentes para tornar seu governo legítimo.

Seu templo em Deir el-Bahri celebrou a expedição a Punt, apresentada como obtenção de bens valiosos e renovação cultural. Comércio, ritual e prestígio formavam um mesmo programa. A posterior remoção de partes de sua memória por Tutmés III não foi apagamento completo nem simples vingança imediata; ocorreu seletivamente e continua debatida.

6.4 Tutmés III e o sistema levantino

Tutmés III realizou numerosas campanhas na Ásia. A batalha de Megido, contra uma coalizão liderada por Cadesh, é narrada em inscrições de Karnak. Após a vitória, o cerco e a submissão reorganizaram relações regionais. Campanhas subsequentes mantiveram pressão, coletaram tributo e projetaram força até a Síria.

O Egito não anexou o Levante como uma faixa uniforme. Governantes locais enviavam filhos à corte egípcia, juravam lealdade e disputavam favor. Guarnições e comissários controlavam pontos estratégicos. A rede era econômica em administradores, mas vulnerável a mudança de alianças e competição hitita ou mitaniana.

6.5 Núbia: conquista e transformação

O domínio egípcio ao sul alcançou a região da quarta catarata em certos períodos. Ouro núbio foi importante para presentes diplomáticos, templos e finanças da corte. Templos monumentais vinculavam o faraó aos deuses e marcavam a paisagem política. Elites núbias participaram da administração e adotaram elementos egípcios, sem que identidades locais desaparecessem.

É inadequado descrever a relação apenas como “egipcianização”. Objetos, práticas funerárias e assentamentos mostram seleção, combinação e agência regional. Depois da retirada egípcia, tradições construídas durante o contato contribuíram para novas formações políticas núbias.

6.6 O reinado de Amenhotep III

Amenhotep III governou num momento de grande riqueza e diplomacia intensa. Monumentos, escaravinhos comemorativos e cartas mostram uma corte conectada a Babilônia, Mitani e outros reinos. Ouro egípcio alimentava a troca de presentes entre grandes reis. Casamentos diplomáticos trouxeram princesas estrangeiras ao Egito, enquanto faraós parecem ter recusado enviar princesas egípcias.

Essa assimetria gerava reclamações. Cartas estrangeiras insistem na reciprocidade e na qualidade dos presentes. A linguagem de fraternidade não eliminava rivalidade: era um protocolo para negociá-la.

6.7 Akhenaton e Amarna

Amenhotep IV, depois Akhenaton, promoveu o culto de Aton, construiu uma nova capital em Akhetaton e alterou imagens e títulos religiosos. A chamada revolução de Amarna foi profunda na corte e no culto oficial, mas seu alcance social e geográfico não deve ser presumido. Outros cultos e práticas continuaram de maneiras variadas.

As cartas encontradas em Amarna registram súplicas de governantes levantinos, trocas entre grandes reis e conflitos locais. É tentador concluir que Akhenaton ignorou o império, mas o arquivo possui lacunas e linguagem interessada. Vassalos exageravam ameaças para obter tropas ou desacreditar rivais. A documentação prova tensão; não mede sozinha o grau de resposta egípcia.

6.8 Restauração e a XIX Dinastia

Tutancâmon e sucessores restauraram o culto de Amon e abandonaram Akhetaton. Horemheb enfatizou ordem e reforma. Com Ramsés I e Seti I começou a XIX Dinastia, que renovou campanhas na Síria e enfrentou diretamente o Império Hitita.

Ramsés II é conhecido por monumentos numerosos e longo reinado. A batalha de Cadesh contra Muwatalli II, por volta de 1274 a.C., foi celebrada no Egito como triunfo. Militarmente, porém, não destruiu o poder hitita nem entregou Cadesh de modo duradouro ao Egito. Anos depois, Ramsés II e Hattusili III concluíram um tratado e aliança dinástica.

6.9 Tratado, casamento e equilíbrio

Versões egípcia e cuneiforme do tratado sobreviveram. Elas previam paz, assistência e tratamento de fugitivos. Cada corte apresentou o acordo em linguagem compatível com sua própria ideologia. O tratado não criou pacifismo: estabilizou uma fronteira diante de outros problemas, incluindo a ascensão assíria.

Um casamento entre Ramsés II e uma princesa hitita reforçou a aliança. Cartas sobre o evento mostram negociação de dote, viagem e status. Mulheres da realeza eram agentes centrais da diplomacia, embora as fontes geralmente as apresentem através de decisões das cortes.

6.10 Recursos, templos e trabalho

O império sustentava templos, exército, corte e obras por meio de produção agrícola, tributos e trabalho. Instituições templárias controlavam grandes recursos, mas não eram independentes do Estado num sentido moderno. Doações reais podiam fortalecer cultos e consolidar apoio.

Documentos de Deir el-Medina, comunidade de trabalhadores das tumbas reais, revelam salários em espécie, faltas, litígios e relações familiares. A famosa interrupção de trabalho no reinado de Ramsés III, associada a atraso nas rações, mostra que a majestade monumental dependia de logística cotidiana.

6.11 O final do Reino Novo

No século XII a.C., o Egito enfrentou pressões no Mediterrâneo e na Líbia, dificuldades fiscais, disputas internas e perda gradual de influência externa. Ramsés III celebrou vitórias contra grupos chamados nos textos de Povos do Mar, mas vitórias defensivas não restauraram o sistema anterior. Conspirações palacianas e problemas de pagamento mostram fragilidade interna.

Por volta de 1070 a.C., o poder estava dividido entre governantes no norte e a alta administração de Amon em Tebas. O Egito não desapareceu; transformou-se em configurações do Terceiro Período Intermediário. A ideia de “queda” deve ser substituída por análise regional de perda imperial e recomposição política.

Zona	Forma de controle	Instrumentos	Vulnerabilidade
Vale egípcio	Administração dinástica central	nomos, templos, oficiais, fiscalidade	sucessão, competição institucional
Núbia	Incorporação territorial intensa	vice-rei, fortalezas, templos, guarnições	distância e identidades regionais
Levante sul	Hegemonia sobre cidades	vassalos, comissários, tributo	rivalidades locais e intervenção externa
Síria	Fronteira competitiva	campanhas, alianças, postos	Mitani e depois Hititas

Leituras-base do capítulo: Barry J. Kemp, *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization*; Toby Wilkinson, *The Rise and Fall of Ancient Egypt*; Ian Shaw, org., *The Oxford History of Ancient Egypt*; Ellen F. Morris, *The Architecture of Imperialism*; Kara Cooney, *The Woman Who Would Be King*.

7. Mitani, Babilônia cassita e o Império Hitita

7.1 Um sistema com várias grandes potências

Entre os séculos XVI e XIII a.C., nenhum império controlou sozinho o antigo Oriente Próximo. Egito, Hatti, Mitani, Babilônia cassita e, depois, Assíria reconheceram alguns soberanos como “grandes reis”. A hierarquia era negociada por cartas, presentes, casamentos e guerra. Reinos como Alashiya, provavelmente Chipre, também participaram da diplomacia de alto nível.

Os arquivos são assimétricos. Conhecemos Mitani sobretudo por fontes de vizinhos e por sítios dispersos; a Babilônia cassita é visível em cartas, kudurrus e documentos; Hatti deixou vasto arquivo em Hattusa. A diferença documental influencia a proporção da narrativa, não necessariamente o peso contemporâneo.

7.2 Mitani e o mundo hurrita

Mitani dominou partes do norte da Mesopotâmia e da Síria nos séculos XVI e XV a.C. Sua elite empregava elementos hurritas e indo-arianos em nomes e terminologia específica, mas o reino era culturalmente diverso. A capital Washukanni ainda não foi identificada com certeza, o que limita a reconstrução administrativa.

O reino competiu inicialmente com o Egito e depois tornou-se aliado por casamentos. Princesas mitanianas foram enviadas à corte egípcia. No século XIV, disputas dinásticas e ofensivas hititas enfraqueceram Mitani. A Assíria aproveitou a mudança para recuperar autonomia e expandir-se.

7.3 Os cassitas na Babilônia

Após a queda da Primeira Dinastia, uma dinastia cassita consolidou-se na Babilônia e governou por vários séculos, até 1155 a.C. Os cassitas não apagaram a cultura babilônica; adotaram sua língua erudita, cultos e formas de realeza. A longa duração sugere integração bem-sucedida, embora a documentação política seja menos abundante que em outros períodos.

Kudurrus registravam concessões reais e privilégios, frequentemente com símbolos divinos. Não eram simples marcos colocados necessariamente no campo; eram documentos monumentais que protegiam direitos e invocavam sanções. O rei distribuía recursos, ligava beneficiários à corte e apresentava a ordem jurídica como divinamente garantida.

7.4 Hatti: núcleo, periferia e ambiente

O reino hitita desenvolveu-se na Anatólia central, com capital em Hattusa. Montanhas, planaltos e rotas criavam desafios diferentes da planície mesopotâmica ou do vale do Nilo. A produção agrícola era sensível a variações e o acesso à Síria ampliava recursos e prestígio.

O território hitita era composto por um núcleo mais diretamente governado, regiões administradas por membros da família real e reinos vassalos ligados por tratados. A casa dinástica enfrentou sucessões violentas nos primeiros séculos. O Édito de Telipinu narra desordem anterior e busca normatizar a sucessão, ainda que sua eficácia não fosse absoluta.

7.5 Do Antigo Reino ao império

Hattusili I e Mursili I realizaram campanhas para a Síria. Mursili conquistou Alepo e atacou Babilônia, mas a longa expedição não resultou em ocupação mesopotâmica. Seu assassinato após o retorno abriu nova crise. O episódio mostra alcance militar extraordinário e limites de consolidação.

No século XIV, Suppiluliuma I transformou Hatti em grande potência. Explorou conflitos de Mitani, conquistou territórios sírios e instalou filhos em Alepo e Carquemis. Esses centros dinásticos prolongaram a autoridade hitita na Síria e sobreviveram, em formas sucessoras, ao colapso da capital.

7.6 Tratados de vassalagem

Tratados hititas registravam história da relação, obrigações, tributo, apoio militar, sucessão e juramentos diante de deuses. O texto não era um contrato entre iguais: definia uma hierarquia. Ainda assim, o vassalo recebia proteção e sua dinastia podia ser reconhecida.

A forma variava conforme o caso. Alguns acordos resultaram de derrota; outros consolidaram cooperação. Cópias eram depositadas e juramentos ritualizados. O tratado transformava uma relação política pessoal em memória escrita e religiosa.

7.7 Administração e a família real

Reis hititas dependiam de rainhas com título de Tawananna, príncipes, governadores, chefes militares e escribas. Mulheres da corte podiam conduzir correspondência, rituais e diplomacia. Puduhepa, esposa de Hattusili III, trocou cartas com a corte egípcia e participou da aliança com Ramsés II.

A família era instrumento de controle, mas também fonte de conflito. Parentes instalados em reinos estratégicos podiam garantir lealdade; disputas de legitimidade podiam dividir a elite. Como em outros impérios dinásticos, o mesmo mecanismo que integrava territórios criava competidores potenciais.

7.8 Religião e incorporação cultural

Textos hititas falam dos “mil deuses de Hatti”, expressão que comunica a incorporação de cultos anatólicos, hurritas, sírios e mesopotâmicos. Conquistar uma cidade podia significar integrar suas divindades e especialistas ao sistema cultural. Festivais exigiam viagens reais e mobilização de recursos.

Essa pluralidade não deve ser confundida com tolerância moderna. Religião fazia parte da obrigação política, da legitimidade e dos juramentos. Epidemias ou derrotas podiam ser interpretadas como sinal de ofensa divina, levando a investigações rituais.

7.9 Hatti e Assíria: mudança no equilíbrio

Quando Mitani enfraqueceu, a Assíria de Ashur-uballit I reivindicou igualdade entre grandes reis. Babilônia e Hatti precisaram lidar com o novo participante. Reis assírios expandiram-se contra territórios antes mitanianos e chegaram ao Eufrates. Hatti apoiou zonas tampão e vassalos para limitar o avanço.

O sistema diplomático não era fixo. Status era produzido por capacidade militar, antiguidade dinástica e reconhecimento externo. Um rei podia chamar outro de irmão e, em outro contexto, negar-lhe precedência.

7.10 A crise final de Hatti

No início do século XII a.C., Hattusa foi abandonada e destruída em partes, e a estrutura imperial desapareceu. As causas incluem problemas internos, perda de rotas, conflitos, pressão sobre produção e instabilidade regional. Textos finais mencionam importação de grãos e ameaças, mas não oferecem uma narrativa única.

Carquemis e outros centros sírio-anatólios mantiveram tradições políticas e hieroglíficas luvtas. Portanto, o fim de Hatti foi simultaneamente colapso de uma corte central e sobrevivência de componentes regionais. A expressão “hititas tardios” ou “neo-hititas” descreve Estados sucessores, não a continuidade intacta do império.

Leituras-base do capítulo: Trevor Bryce, *The Kingdom of the Hittites*; Billie Jean Collins, *The Hittites and Their World*; Gary Beckman, *Hittite Diplomatic Texts*; Amanda H. Podany, *Brotherhood of Kings*; Gernot Wilhelm, *The Hurrians*.

8. O sistema diplomático da Idade do Bronze Tardia

8.1 A “fraternidade” dos grandes reis

As cartas de Amarna, Hattusa e outros arquivos revelam uma sociedade internacional de cortes. Reis de status reconhecido tratavam-se como irmãos. Isso não expressava amizade pessoal no sentido comum, mas igualdade formal. A fraternidade exigia saudações, presentes adequados, mensageiros respeitados e reciprocidade.

A linguagem diplomática funcionava como instituição. Um governante indignado porque recebera pouco ouro não estava apenas sendo ganancioso; disputava o reconhecimento de sua posição. Presentes criavam obrigações e tornavam visível a relação entre palácios.

8.2 O acádio como língua diplomática

Mesmo quando egípcios, hititas, hurritas ou cananeus escreviam, grande parte da correspondência internacional utilizava acádio cuneiforme. Escribas locais aprendiam convenções e introduziam traços de suas línguas. O resultado é uma língua diplomática compartilhada, com variações regionais.

Uma língua comum reduzia certos custos de comunicação, mas não eliminava mal-entendidos. Tradução, escolha de fórmula e habilidade do mensageiro influenciavam a recepção. Escribas não eram máquinas transparentes; eram especialistas que mediavam relações de poder.

8.3 Presentes, tributo e comércio

Objetos podiam circular sob categorias políticas distintas. Entre grandes reis, eram chamados de presentes, enfatizando reciprocidade. De um vassalo para seu senhor, a entrega podia ser tributo. Mercadores e palácios também negociavam bens. O mesmo ouro, marfim ou tecido adquiria significado conforme a relação.

Essa distinção era sensível. Chamar presente de tributo rebaixaria o doador. As listas quantitativas nas cartas eram instrumentos de memória e cobrança: “enviei tanto; recebi menos”. A economia palaciana internacional combinava valor material e valor simbólico.

8.4 Casamentos dinásticos

Princesas viajavam com comitivas, dotes e especialistas. O casamento podia encerrar hostilidade, confirmar igualdade ou colocar uma mulher estrangeira na corte de um aliado. As negociações discutiam genealogia, segurança, posição e reciprocidade. O Egito recebia princesas asiáticas, mas evitava enviar as suas, gerando protestos babilônicos.

As fontes concentram-se nos soberanos, porém as mulheres mantinham redes próprias e podiam continuar correspondência. Rainhas-mães e esposas exerciam influência em sucessões, rituais e acordos. Uma história diplomática sem elas reproduz o silêncio seletivo dos arquivos.

8.5 Mensageiros e tempo político

Mensageiros cruzavam longas distâncias, transportando tabuinhas, presentes e instruções orais. Podiam permanecer retidos por meses ou anos, motivo de reclamações. A viagem dependia de estações, segurança, animais e hospitalidade. Uma resposta tardia podia mudar o equilíbrio local antes de chegar.

O mensageiro representava o soberano e observava a corte estrangeira. Sua memória complementava a carta curta. Prender ou desrespeitar um enviado era uma mensagem política; devolvê-lo com presentes reafirmava o canal diplomático.

8.6 Vassalos e micropolítica levantina

Nas cartas de Amarna, governantes de cidades como Biblos, Jerusalém e Siquém acusam rivais e pedem ajuda ao faraó. Eles se descrevem como servos leais e tratam adversários como rebeldes. A retórica deve ser comparada entre remetentes. Muitas “traições” eram disputas locais traduzidas para a linguagem imperial.

O centro egípcio precisava decidir quando intervir. Responder a toda acusação seria caro; ignorar crises poderia incentivar mudança de lealdade. Vassalos exploravam a distância para ampliar autonomia e, ao mesmo tempo, usavam a autoridade faraônica contra concorrentes.

8.7 Guerra dentro da diplomacia

Diplomacia não era alternativa pacífica à guerra. Campanhas forçavam tratados; casamentos consolidavam vitórias; presentes compravam tempo; correspondência coordenava alianças. Grandes reis evitavam por vezes confronto direto e competiam por vassalos. Quando a guerra ocorria, a negociação continuava antes, durante e depois.

A batalha de Cadesh e o tratado egípcio-hitita ilustram essa continuidade. Nenhuma parte obteve hegemonia definitiva. A fronteira estabilizada liberou recursos e criou resposta comum a novas ameaças.

8.8 Um sistema internacional antigo?

É útil falar em sistema porque as ações de cada potência dependiam das demais e porque existiam normas reconhecidas. Porém, conceitos modernos como soberania nacional, embaixada permanente e direito internacional não podem ser transferidos sem cuidado. A ordem era dinástica e hierárquica, sustentada por juramentos religiosos e relações pessoais entre casas reais.

Relação	Linguagem típica	Fluxo material	Mecanismo de garantia
Grandes reis	fraternidade	presentes recíprocos	reputação, casamento, juramento
Rei e vassalo	senhor e servo	tributo e assistência	tratado, reféns, guarnição
Cidades rivais	lealdade ao mesmo senhor	recursos locais	arbitragem e intervenção
Palácios e mercados	pedido, compra, envio	bens e crédito	agentes, contratos, escolta

8.9 O que o arquivo não mostra

A diplomacia das cortes ilumina reis e presentes luxuosos, mas deixa camponeses, marinheiros, artesãos e carregadores em segundo plano. Cada objeto exigia extração de matéria-prima, trabalho e transporte. O brilho do sistema internacional repousava sobre obrigações locais pouco mencionadas nas cartas.

Da mesma forma, a sobrevivência de um arquivo em Amarna não significa que a cidade era o único centro diplomático egípcio. Arquivos móveis eram selecionados; documentos podiam ser descartados. A coleção preservada é uma janela extraordinária, mas com enquadramento próprio.

Leituras-base do capítulo: Amanda H. Podany, *Brotherhood of Kings*; Mario Liverani, *International Relations in the Ancient Near East*; William L. Moran, *The Amarna Letters*; Gary Beckman, *Hittite Diplomatic Texts*; Raymond Cohen e Raymond Westbrook, orgs., *Amarna Diplomacy*.

9. A crise por volta de 1200 a.C.

9.1 O que entrou em crise

Entre o final do século XIII e o início do XII a.C., palácios e cidades foram destruídos ou abandonados em partes da Anatólia, Síria, Levante, Chipre e mundo egeu. O Império Hitita terminou; Ugarit desapareceu como reino; redes palacianas de longa distância se romperam; o Egito perdeu posições externas. A Assíria e a Babilônia também enfrentaram dificuldades, mas não tiveram trajetórias idênticas.

Não ocorreu um colapso simultâneo de toda a civilização. Alguns lugares foram destruídos, outros diminuíram, mudaram ou continuaram. Novos assentamentos e formações políticas surgiram. “Colapso da Idade do Bronze” é uma abreviação para transformações conectadas, não um evento único com data e causa únicas.

9.2 Os chamados Povos do Mar

Inscrições egípcias de Merneptah e Ramsés III nomeiam grupos que a pesquisa moderna reuniu sob a expressão Povos do Mar. Os textos os apresentam como inimigos derrotados e mostram movimentos por terra e mar. A expressão não identifica uma confederação estável com origem única.

Alguns nomes podem relacionar-se a populações depois estabelecidas no Mediterrâneo oriental, mas as identificações são debatidas. Os grupos podiam incluir migrantes, guerreiros, famílias deslocadas e participantes locais. Transformá-los em invasores misteriosos que sozinhos destruíram vários impérios ignora a diversidade regional e os problemas internos já existentes.

9.3 Clima e produção

Pesquisas paleoclimáticas sugerem episódios de aridez em partes do Mediterrâneo oriental e do Oriente Próximo. Secas podiam reduzir safras, pressionar rebanhos, elevar preços e estimular migração. Textos hititas sobre importação de grãos e cartas de Ugarit indicam preocupação com abastecimento.

Entretanto, clima não age politicamente sem mecanismos. Uma redução de chuva produz efeitos diferentes conforme armazenamento, acesso a rotas, desigualdade, guerra e capacidade de redistribuição. Dados de uma caverna ou lago não representam automaticamente todas as regiões. O argumento deve conectar proxy ambiental, área de produção, cronologia e resposta institucional.

9.4 Terremotos e destruições

Alguns estudiosos propuseram uma sequência de terremotos para explicar camadas de destruição. Sismos certamente ocorreram numa região tectonicamente ativa, mas distinguir arqueologicamente terremoto, guerra, incêndio acidental e abandono é difícil. Mesmo uma série de desastres não explicaria sozinha por que estruturas políticas não foram reconstruídas.

O ponto decisivo é resiliência. Palácios anteriores também enfrentaram incêndios e foram refeitos. Por volta de 1200 a.C., a combinação de pressões pode ter reduzido mão de obra, crédito, segurança e legitimidade necessários à recuperação.

9.5 Guerra, tecnologia e organização militar

Mudanças em armas, táticas e recrutamento são frequentemente citadas. A difusão do ferro não foi uma substituição instantânea do bronze e não explica o início da crise de modo simples. Armas de bronze continuaram importantes. Tropas mais móveis e infantaria podem ter desafiado sistemas dependentes de carros, mas exércitos palacianos já eram diversos.

A fragilidade estava talvez menos numa tecnologia isolada que na dependência de especialistas, cavalos, peças e rotas. Quando oficinas e abastecimento falhavam, sistemas caros perdiam vantagem.

9.6 Rebelião e desigualdade

Modelos de revolta interna sugerem que camponeses, trabalhadores ou mercenários romperam com elites palacianas. A hipótese é plausível em alguns casos, mas fontes diretas são escassas. Destruir um palácio não prova quem o destruiu. Mudanças de assentamento podem indicar fuga de obrigações, guerra ou novas oportunidades.

Ainda assim, desigualdade importa como capacidade de cooperação. Sistemas que concentravam excedente e risco nas camadas inferiores podiam enfrentar deserção quando a proteção palaciana falhava. A legitimidade é também um recurso de emergência.

9.7 Interdependência e falhas em cascata

Palácios dependiam de cobre, estanho, cavalos, madeira, grãos e bens especializados vindos de regiões diferentes. Uma guerra que interrompesse uma rota podia reduzir produção; escassez podia elevar conflito; conflito podia impedir nova safra; a perda de tributos enfraquecia guarnições; vassalos deixavam de obedecer. Essa sequência é uma falha em cascata.

Interdependência aumentava prosperidade em períodos estáveis e transmitia choques durante crises. Isso não significa que todo o sistema caiu como dominós em ordem simples. Centros possuíam alternativas e graus de resiliência diferentes.

Explicação recomendada: Em vez de perguntar “qual foi a causa do colapso?”, formule: quais pressões ocorreram em cada região; por quais mecanismos afetaram palácios e comunidades; por que algumas instituições falharam; e quais grupos construíram alternativas.

9.8 Ugarit: arquivo no limiar da destruição

Ugarit, na costa síria, era um reino conectado a Hatti, Chipre, Egito e Mesopotâmia. Seus arquivos registram comércio, tratados, literatura e mensagens de crise. Uma carta famosa informa que navios inimigos apareceram enquanto forças estavam ausentes, mas a data e a relação exata com a destruição exigem cuidado.

A cidade não foi simplesmente vítima passiva de “piratas”. Estava integrada a obrigações hititas, competição marítima e redes tensas. Sua destruição encerrou o reino, enquanto comunidades da região continuaram sob outras formas.

9.9 Egito: vitória e retração

Ramsés III representou derrotas de inimigos em Medinet Habu. O Egito sobreviveu como Estado, o que demonstra capacidade defensiva. Porém, perdeu a maior parte de sua hegemonia levantina e enfrentou problemas fiscais. Vitória militar e sucesso estratégico não são equivalentes.

Novas populações, incluindo filisteus, estabeleceram-se no Levante sul. Cultura material combina elementos locais e egeus, sugerindo migração e mistura. O quadro é mais complexo que uma substituição total de população.

9.10 Sobrevivências e inovações

Alfabeto, comércio, pequenas monarquias e novas redes ganharam espaço na Idade do Ferro. Estados arameus e cidades fenícias prosperaram; Carquemis preservou tradições hititas; Assíria recuperou-se e expandiu-se. O fim dos grandes palácios do Bronze abriu espaço para rearranjos, mas não criou um mundo sem memória.

Chamar o período de “idade das trevas” pode esconder continuidade e criatividade. A diminuição de textos em certos lugares é um problema de evidência, não prova de ausência cultural.

Leituras-base do capítulo: Eric H. Cline, 1177 B.C.: *The Year Civilization Collapsed*; Ann E. Killebrew, *Biblical Peoples and Ethnicity*; Trevor Bryce, *The World of the Neo-Hittite Kingdoms*; Karen Radner, Nadine Moeller e D. T. Potts, orgs., *The Oxford History of the Ancient Near East*.

10. O novo tabuleiro da Idade do Ferro

10.1 Fragmentação e recomposição

Depois de 1200 a.C., a Anatólia, a Síria e o Levante organizaram-se em unidades menores e variadas. Reinos arameus ocuparam partes da Síria e da Alta Mesopotâmia; Estados siro-hititas combinaram heranças luvitas, hititas e sírias; cidades fenícias mantiveram redes marítimas; Israel, Judá, Moab, Edom e Amom desenvolveram monarquias no Levante sul; Urartu cresceu nas terras altas ao norte da Assíria. Esses Estados não foram simples intervalo entre impérios. Criaram instituições, alfabetos, monumentos e alianças próprias. A posterior expansão assíria os incorporou, mas também dependeu de suas cidades, rotas e elites.

10.2 Arameus e a expansão de uma língua

Grupos arameus aparecem nas fontes assírias do final do segundo milênio em contextos de migração, conflito e assentamento. No primeiro milênio, reinos como Damasco e Bit Adini tornaram-se poderes regionais. “Arameu” cobria identidades políticas e linguísticas variadas; não designava um único Estado. O aramaico difundiu-se por comércio, mobilidade e administração. Impérios assírio, babilônico e persa utilizaram escribas e documentos aramaicos ao lado do cuneiforme. A língua sobreviveu aos reinos que primeiro a empregaram, tornando-se uma infraestrutura cultural imperial.

10.3 Cidades fenícias e redes mediterrâneas

Tiro, Sidon, Biblos e outras cidades costeiras combinaram produção artesanal, navegação e diplomacia. A expansão de assentamentos fenícios pelo Mediterrâneo, incluindo Cartago, não foi comandada por um Estado fenício unificado. Cidades e grupos mercantis estabeleceram redes em momentos e condições diferentes.

Assírios cobiçavam tributos, madeira, metais e acesso marítimo, mas frequentemente governaram a costa por tratados e reis locais antes de anexar áreas. O interesse era capturar fluxos sem destruir a capacidade comercial que os produzia.

10.4 Israel e Judá no contexto imperial

A história dos reinos de Israel e Judá deve ser construída comparando textos bíblicos, inscrições regionais, documentos assírios e arqueologia. A Bíblia preserva tradições compostas e editadas em épocas diferentes; é fonte indispensável, mas não crônica contemporânea uniforme. Inscrições como a estela de Mesa e a estela de Tel Dan oferecem perspectivas externas ou rivais.

Israel, com capital em Samaria, tornou-se um reino importante nos séculos IX e VIII a.C. Judá possuía escala menor e trajetória própria. Ambos navegaram entre alianças levantinas, Damasco, Egito e Assíria. A expansão assíria transformou escolhas locais em decisões de sobrevivência imperial.

10.5 Urartu e a fronteira norte

Urartu consolidou-se no século IX a.C. ao redor do lago Van. Reis construíram fortalezas, canais e inscrições, competindo com a Assíria pelo controle de rotas e Estados intermediários. O ambiente montanhoso exigia campanhas e logística diferentes das planícies.

As inscrições urartianas adotaram elementos cuneiformes e formas monumentais relacionadas ao mundo assírio, sem indicar mera imitação. Rivals aprendem uns com os outros. A existência de Urartu limitou o norte assírio e influenciou suas prioridades militares.

10.6 Egito, Líbia e Kush

No Terceiro Período Intermediário, dinastias de origem líbia governaram partes do Egito, enquanto centros regionais competiam. No século VIII a.C., reis de Kush, baseados na Núbia, conquistaram o Egito e formaram a XXV Dinastia. Eles se apresentaram como restauradores de tradições faraônicas e participaram da política levantina.

A Assíria invadiu o Egito no século VII e expulsou a dinastia kushita do norte, mas não controlou duradouramente todo o vale. Governantes saítas reunificaram o Egito. O caso revela a elasticidade das tradições imperiais egípcias: uma dinastia núbia podia reivindicar plenamente a realeza faraônica.

10.7 Babilônia e Assíria entre 1100 e 900 a.C.

Assíria e Babilônia sofreram perda de territórios e pressão de grupos arameus e caldeus. Reis assírios mantiveram um núcleo ao redor de Assur, Nínive e Arbela. A Babilônia permaneceu centro religioso e cultural, mas sua política era fragmentada entre cidades, dinastias e casas tribais.

A recuperação assíria começou gradualmente. Campanhas do século X e início do IX retomaram áreas consideradas parte da herança médio-assíria. A linguagem de reconquista transformava expansão em restauração legítima.

10.8 Ferro, cavalaria e continuidade tecnológica

A Idade do Ferro não começou porque uma arma revolucionária substituiu o bronze de um dia para outro. Ferro e bronze coexistiram; a vantagem dependia de mineração, combustível, habilidade e organização. Cavalaria ganhou importância ao lado dos carros. Fortificações e técnicas de cerco evoluíram.

O principal diferencial assírio foi sistêmico: combinar tropas variadas, engenharia, inteligência, logística, tributação e adaptação política. Tecnologia isolada não cria império; uma instituição capaz de distribuí-la e mantê-la, sim.

10.9 Alfabetos e burocracias plurais

Escritas alfabéticas reduziram o número de sinais necessários, embora aprender a escrever continuasse exigindo treinamento. O alfabeto fenício influenciou tradições aramaicas, hebraicas e gregas.

Cuneiforme permaneceu fundamental para erudição, direito e administração na Mesopotâmia.

Impérios da Idade do Ferro não escolheram necessariamente uma escrita única. Na Assíria, tabuinhas cuneiformes conviviam com documentos aramaicos em materiais que raramente sobreviveram. Relevos mostram escribas trabalhando em pares, uma imagem de administração multilíngue.

Leituras-base do capítulo: Trevor Bryce, *The World of the Neo-Hittite Kingdoms*; Hélène Sader, *The History and Archaeology of Phoenicia*; Mario Liverani, *Israel's History and the History of Israel*; Paul E. Zimansky, *Ancient Ararat*; Amélie Kuhrt, *The Ancient Near East*.

11. A construção do Império Neoassírio

11.1 Quando começa o “neoassírio”?

Nesta coleção, o rótulo Neoassírio designa aproximadamente 911-609 a.C., embora a recuperação territorial que preparou essa fase tenha começado antes e a transformação em império tenha sido gradual. Ashur-dan II e Adad-nirari II retomaram território; Tukulti-Ninurta II consolidou rotas; Ashurnasirpal II e Shalmaneser III ampliaram campanhas e tributos. A divisão em períodos é moderna e serve à análise, não representa uma ruptura percebida igualmente por contemporâneos.

Reis assírios reivindicavam restaurar terras antigas. Essa memória ligava novas conquistas ao período médio-assírio e ao deus Assur. A expansão aparecia como correção de rebelião e desordem, mesmo quando alcançava áreas antes autônomas.

11.2 Ashurnasirpal II e Kalhu

Ashurnasirpal II transferiu a principal residência real para Kalhu, atual Nimrud, e construiu o Palácio Noroeste. A inauguração, descrita numa inscrição, reuniu milhares de convidados e demonstrou capacidade de abastecimento. O evento converteu comida, arquitetura e presença de delegações em teatro imperial.

Relevos palacianos mostravam campanhas, caça, rituais e seres protetores. Lamassus monumentais guardavam entradas. O visitante atravessava uma narrativa espacial: o rei, apoiado pelos deuses, dominava natureza e inimigos. Arte e arquitetura não decoravam o poder; ajudavam a produzi-lo.

11.3 Campanha anual e geografia da obrigação

O calendário assírio associava anos a altos funcionários, e a campanha militar regular tornou-se parte da monarquia. Nem toda campanha buscava anexação. Algumas cobravam tributo, puniam mudança de lealdade, protegiam rotas ou exibiam força. O rei podia aceitar submissão e governante local; após nova rebelião, transformar o reino em província.

Essa escalada economizava administradores quando a cooperação era suficiente e aumentava controle quando a confiança falhava. A política não era uma fórmula automática, mas um repertório.

11.4 Shalmaneser III e coalizões ocidentais

Shalmaneser III realizou campanhas repetidas para a Síria. Em Qarqar, em 853 a.C., enfrentou uma coalizão que incluía Damasco e o rei Acabe de Israel. A inscrição assíria reivindica vitória, mas o fato de novas campanhas serem necessárias e de a coalizão manter capacidade indica resultado sem submissão decisiva.

O Obelisco Negro representa governantes trazendo tributo, incluindo Jeú de Israel. A imagem oferece um raro encontro entre tradição bíblica e monumento assírio, mas deve ser datada e contextualizada: representa uma submissão política específica, não a história inteira do reino.

11.5 Crises internas do século VIII

Após Shalmaneser III, revoltas e competição entre altos oficiais limitaram a monarquia. Governadores poderosos construíram inscrições próprias. A Assíria não parou de existir, mas o equilíbrio entre rei, corte e províncias tornou-se instável.

Essa fase é importante porque impede narrativas de expansão contínua. O império possuía ciclos de concentração e dispersão. Reformas posteriores responderam a problemas concretos de delegação.

11.6 Tiglate-Pileser III e a intensificação imperial

Tiglate-Pileser III tomou o trono em 745 a.C. e reorganizou o império. Reduziu em muitos casos a escala de províncias, ampliou a participação de oficiais diretamente dependentes e realizou anexações no oeste. Incorporou a Babilônia e adotou também um nome régio babilônico.

Ele é frequentemente apresentado como autor de uma reforma completa, mas mudanças tiveram precedentes. Sua importância está na intensidade e combinação: campanha, provincialização, deportação, tributação e presença dinástica. O resultado forneceu base para a expansão sargônida.

11.7 Israel, Damasco e a costa

Reinos levantinos procuravam apoio egípcio, formavam coalizões e mudavam de lealdade. Tiglate-Pileser III derrotou Damasco e anexou regiões de Israel. Em 722/720 a.C., Samaria caiu durante a transição entre Shalmaneser V e Sargão II. Fontes atribuem ações de maneiras diferentes, e a cronologia da conquista e da reorganização deve ser tratada com cuidado.

Partes da população foram deportadas e outras permaneceram. A política assíria reorganizou a região em províncias e assentou grupos de diferentes origens. Narrativas de “tribos perdidas” pertencem à memória posterior e não substituem a evidência administrativa e arqueológica.

11.8 Sargão II e uma nova dinastia

Sargão II assumiu em contexto contestado e escolheu um nome que evocava Sargão de Akkad. Precisou confirmar autoridade por campanhas contra coalizões no oeste, Urartu e Babilônia. Construiu uma nova capital, Dur-Sharrukin, planejada como expressão de ordem imperial.

Sua morte em batalha, fora do território assírio, foi interpretada como sinal perturbador e a capital foi abandonada por Senaqueribe. A materialidade monumental dependia da legitimidade do patrono. Uma cidade recém-construída podia perder função política rapidamente.

11.9 Babilônia: prêmio e problema

A Babilônia tinha prestígio religioso que a Assíria não podia tratar como província comum sem consequências. Reis assírios buscaram governá-la diretamente, por reis clientes ou por dupla titulação. Elites urbanas, casas caldeias e apoio elamita alimentaram rebeliões.

O problema era estrutural: a cidade possuía recursos e legitimidade suficientes para ser valiosa e rebelde. Concessões demonstravam respeito, mas podiam permitir recomposição; repressão podia controlar no curto prazo e destruir a imagem do rei legítimo.

Fase	Política dominante	Exemplo	Limite observado
Reconquista	campanhas e tributo	Adad-nirari II	dependência de repetição militar
Expansão ocidental	submissão de reinos	Shalmaneser III	coalizões como Qarqar
Intensificação	anexação e províncias	Tiglade-Pileser III	maior custo administrativo
Dinastia sargônida	capitais e integração	Sargão II	contestação e múltiplas fronteiras

Leituras-base do capítulo: Karen Radner, *Ancient Assyria: A Very Short Introduction*; Eckart Frahm, *Assyria*; Mario Liverani, *The Ancient Near East*; A. Kirk Grayson, *Assyrian Rulers of the Early First Millennium BC*; textos do projeto *Assyrian Empire Builders*.

12. Como o Império Neoassírio governava

12.1 O maior império até então

No século VII a.C., a Assíria controlava ou subordinava territórios do planalto iraniano ao Mediterrâneo e, por períodos, o Egito. “Maior” descreve escala territorial aproximada, não domínio uniforme. O império era uma composição de províncias, reinos clientes, cidades privilegiadas, zonas tributárias e fronteiras militares.

Sua longevidade dependeu de transformar campanhas em fluxo de recursos e informação. Reis investiram em estradas, governadores, palácios, arquivos, guarnições e redistribuição populacional. Ao mesmo tempo, a corte continuou vulnerável a sucessão e rivalidades familiares.

12.2 O rei e o deus Assur

O rei assírio era representante do deus Assur e pastor responsável por ordem e expansão. Títulos como “rei do universo” comunicavam pretensão universal. A guerra podia ser narrada como resposta à rebelião contra a ordem divina. Rituais, presságios e especialistas informavam decisões.

O soberano não era livre de qualquer restrição. Precisava respeitar cultos, consultar eruditos, recompensar elites e demonstrar sucesso. Eclipses ou maus presságios podiam levar ao ritual do rei substituto, que protegia simbolicamente a pessoa régia. A ideologia revelava tanto poder quanto ansiedade.

12.3 Corte, eunucos e grandes oficiais

Altos oficiais administravam províncias, exércitos, palácios e correspondência. Eunucos aparecem em posições importantes, ao lado de membros da família real e governadores. A corte procurava criar dependência pessoal do rei, mas nenhum mecanismo eliminava ambição ou redes próprias.

Cartas mostram funcionários pedindo instruções, denunciando rivais e relatando atrasos. O império não funcionava por obediência mecânica. Era uma organização de agentes que interpretavam ordens e competiam por acesso.

12.4 Províncias e reinos vassalos

Províncias eram governadas por oficiais assírios responsáveis por tributo, tropas, justiça e obras. Reinos vassalos mantinham dinastias locais mediante juramento, pagamento e apoio. A escolha dependia de valor estratégico, confiabilidade e custo.

Tratados de lealdade vinculavam governantes e elites ao sucessor designado. Os juramentos de sucessão de Esarhaddon, preservados em exemplares, mostram preocupação em garantir a ascensão de Assurbanípal. Obrigações políticas eram reforçadas por sanções divinas e participação coletiva.

12.5 Estradas, correio e inteligência

A rede de estradas reais e estações permitia que mensageiros autorizados trocassem montarias e avançassem rapidamente. Cartas entre rei e oficiais registram ameaças, obras, saúde, presságios e recursos. A velocidade permanecia limitada, mas era superior à de viajantes comuns.

Informação centralizada permitia coordenar múltiplas fronteiras. Também podia sobrecarregar a corte. Relatórios conflitantes exigiam triagem; agentes podiam manipular notícias. Governar um império era administrar incerteza em escala.

12.6 Exército e logística

O exército combinava infantaria, arqueiros, cavalaria, carros, engenheiros e contingentes de povos subordinados. Operações de cerco dependiam de rampas, máquinas, escavação e bloqueio. Campanhas exigiam grãos, água, animais, estradas e depósitos. A imagem de uma máquina invencível deve ser moderada por derrotas, retiradas e custos.

Tropas provinciais e vassalas ampliavam números, mas levantavam problemas de lealdade e coordenação. A capacidade assíria esteve na organização repetida de recursos, não numa arma secreta.

12.7 Deportações e reassentamentos

Reis assírios deslocaram populações em grande escala. Os objetivos incluíam punir rebeliões, reduzir bases locais de poder, repovoar cidades, levar especialistas a projetos e cultivar terras. Famílias e grupos podiam ser reassentados dentro de uma política administrada, embora a experiência fosse coercitiva e disruptiva.

Não se deve imaginar que todos os habitantes de uma região eram removidos. Inscrições fornecem números propagandísticos e categorias variadas. Arqueologia e documentos mostram permanência local junto a novos assentados. O resultado foi um império cultural e linguisticamente mais misturado, no qual o aramaico se expandiu.

Precisão ética e histórica: Deportação imperial deve ser descrita como deslocamento coercitivo de pessoas, não como simples “transferência de mão de obra”. Ao mesmo tempo, é preciso evitar números literais sem crítica e reconhecer que reassentados reconstruíram famílias, profissões e comunidades.

12.8 Tributo, impostos e trabalho

Reinos vassalos entregavam metais, animais, madeira e bens de prestígio. Províncias pagavam impostos e forneciam trabalho ou tropas. Saques e tributos iniciais financiavam expansão; receitas regulares sustentavam administração. A corte redistribuía parte dos recursos em salários, oferendas, obras e concessões.

O império não criou um mercado unificado, mas suas estradas, cidades e demandas ampliaram circulação. Comerciantes podiam beneficiar-se de segurança e escala, enquanto comunidades arcavam com requisições. Ganhos e custos eram desigualmente distribuídos.

12.9 Capitais como projetos políticos

Kalhu, Dur-Sharrukin e Nínive foram remodeladas ou construídas como capitais. Palácios reuniam relevos, arquivos e tributos de várias regiões. Jardins, canais e espécies transportadas demonstravam capacidade de reorganizar a natureza. O centro imperial era uma miniatura do mundo dominado.

Senaqueribe investiu em Nínive e em sistemas hidráulicos. Inscrições celebram engenharia e abundância. Projetos dependiam de especialistas e trabalhadores vindos de muitas regiões, tornando a capital produto material do império.

12.10 Senaqueribe e a destruição da Babilônia

Senaqueribe enfrentou repetidas rebeliões babilônicas e conflito com Elam. Em 689 a.C., destruiu a Babilônia e deportou sua população segundo a retórica oficial. O ato foi extraordinário porque atingia uma cidade sagrada. Seu sucessor Esarhaddon reverteu a política e promoveu reconstrução.

A mudança mostra que reis podiam avaliar de forma oposta o mesmo problema. Repressão extrema não encerrou a questão babilônica; criou necessidade de reparação ideológica.

12.11 Esarhaddon e o Egito

Esarhaddon reconstruiu Babilônia, organizou a sucessão entre os filhos Assurbanípal na Assíria e Shamash-shumu-ukin na Babilônia e conquistou Mênfis em 671 a.C. O Egito era distante e politicamente fragmentado. A Assíria apoiou governantes locais, mas revoltas exigiram novas campanhas.

Assurbanípal voltou a intervir e suas forças chegaram a Tebas em 663 a.C. O controle assírio foi breve. A campanha demonstrou alcance, mas também o limite logístico de administrar o Nilo a partir da Mesopotâmia.

12.12 Assurbanípal: erudição e guerra civil

Assurbanípal cultivou imagem de rei letrado e reuniu em Nínive milhares de tabuinhas, hoje chamadas Biblioteca de Assurbanípal. O acervo preservou literatura, medicina, presságios, rituais e léxicos. Parte foi obtida por solicitações e recolhimentos em centros babilônicos. “Biblioteca” designa várias coleções palacianas, não uma biblioteca pública moderna.

Seu irmão Shamash-shumu-ukin rebelou-se na Babilônia. A guerra civil entre 652 e 648 a.C. mobilizou aliados e devastou recursos. A vitória de Assurbanípal não removeu a fratura entre centro assírio e sul babilônico.

12.13 Arte, violência e comunicação

Relevos e inscrições assírios representam punição, cerco e submissão para afirmar que resistir era inútil. Como comunicação palaciana, as cenas organizavam medo e ordem. Não eram registro completo de toda campanha. Também mostram acampamentos, rios, árvores, animais, músicos e deslocamentos, oferecendo informação quando analisadas criticamente.

A violência pública possuía função estratégica, mas coerção sozinha não explicaria dois séculos de governo. O império precisava de colaboração, rotinas fiscais, benefícios para elites e capacidade de incorporar pessoas. Terror e administração eram complementares, não alternativas.

12.14 Por que a Assíria caiu?

Após a morte de Assurbanípal, sucessões rápidas e conflitos internos enfraqueceram a dinastia. Nabopolassar consolidou rebelião na Babilônia; medos sob Ciaxares atacaram a Assíria; antigos vassallos e rivais aproveitaram a crise. Assur caiu em 614 a.C., Nínive em 612 e Harran em 609.

O império não caiu simplesmente porque era “odiado”. Rebeliões anteriores haviam sido derrotadas. A questão é por que, naquele momento, o centro não conseguiu concentrar recursos. Guerra civil, perda de receitas, ataques coordenados e destruição das capitais combinaram-se. A estrutura que permitia mobilização ampla também transmitiu rapidamente a perda de confiança.

12.15 Continuidade depois de 609

Pessoas, cidades, técnicas e línguas assírias não desapareceram. Comunidades continuaram na região; práticas administrativas passaram a sucessores; a imagem da Assíria permaneceu em tradições babilônicas, bíblicas, gregas e modernas. “Fim do império” não equivale a desaparecimento de uma população.

Leituras-base do capítulo: Karen Radner, *Ancient Assyria: A Very Short Introduction*; Eckart Frahm, *Assyria: The Rise and Fall of the World's First Empire*; Simo Parpola e colaboradores, *State Archives of Assyria*; Paul Collins, *Assyrian Palace Sculptures*; Karen Radner, Nadine Moeller e D. T. Potts, eds., *The Oxford History of the Ancient Near East*.

13. O Império Neobabilônico e a conquista persa

13.1 Nabopolassar e a rebelião

Nabopolassar assumiu o controle da Babilônia em 626 a.C. em meio à crise assíria. Anos de guerra foram necessários para consolidar o sul e avançar. A aliança com os medos foi decisiva nas quedas de Assur e Nínive. Babilônios e medos compartilhavam um inimigo; isso não implica divisão formal e comprovada de todos os territórios assírios.

A nova dinastia apresentou-se como libertadora e restauradora da Babilônia. Ao mesmo tempo, herdou espaços, rotas e práticas do império derrotado. Sucessão imperial envolve ruptura política e apropriação institucional.

13.2 Nabucodonosor II e a Síria-Palestina

Nabucodonosor II derrotou forças egípcias em Carquemis em 605 a.C. e consolidou domínio sobre a Síria e o Levante. Reinos locais precisaram escolher entre submissão babilônica e esperança de apoio egípcio. Campanhas repetidas indicam que a hegemonia não era automática.

Jerusalém rebelou-se e foi tomada em 597 a.C.; parte da elite foi deportada. Nova rebelião levou à conquista de 587/586 a.C., destruição do templo e nova deportação. As fontes bíblicas, crônicas babilônicas e arqueologia iluminam aspectos distintos. Nem toda a população de Judá foi removida; comunidades permaneceram e outras se reorganizaram na Babilônia e em regiões vizinhas.

13.3 Deportação, diáspora e documentação

Textos cuneiformes documentam grupos identificados como judaítas na Babilônia, incluindo a comunidade de Al-Yahudu. Contratos mostram famílias, campos, impostos, crédito e nomes que preservam identidade. Esses documentos evitam dois extremos: imaginar assimilação imediata ou comunidade totalmente isolada.

O exílio tornou-se tema teológico central em tradições judaicas. Para o historiador, é simultaneamente política imperial, experiência social e memória religiosa. Cada dimensão exige fontes próprias.

13.4 Babilônia monumental

Nabucodonosor II reconstruiu muralhas, templos, vias e palácios. A Porta de Ishtar e a Via Processional articulavam cerâmica vitrificada, imagens animais e festivais. O complexo de Marduk e a torre Etemenanki dominavam a paisagem simbólica. A capital apresentava o rei como restaurador do centro cósmico.

As obras dependiam de tributos, trabalho, especialistas e produção regional. Textos de construção atribuem tudo ao rei, mas milhares de pessoas e instituições participaram. Monumentalidade é uma forma de concentrar e tornar visível trabalho coletivo sob um nome dinástico.

13.5 Os Jardins Suspensos

Os Jardins Suspensos pertencem à lista clássica das maravilhas, porém sua localização e existência na Babilônia de Nabucodonosor são debatidas. Fontes babilônicas conhecidas não os descrevem de modo inequívoco. Alguns estudiosos propuseram relação com jardins e obras hidráulicas de Nínive.

O caso é modelo de prudência. Uma tradição famosa não deve ser apresentada como fato seguro. É possível explicar evidências a favor, lacunas e hipóteses alternativas sem transformar incerteza em mistério sensacionalista.

13.6 Templos, cidades e economia

Grandes templos, como o Eanna de Uruk e o Ebabbar de Sippar, administravam terra, trabalho, rebanhos e cultos. Famílias privadas participavam de comércio, crédito e arrendamentos. Arquivos empresariais, como os Egibi, mostram operações amplas, mas não representam toda a população.

A economia neobabilônica era monetizada em prata para contabilidade e pagamentos, embora moedas cunhadas não fossem o único meio. Preços e contratos permitem estudar mudanças, sempre considerando que arquivos sobreviventes concentram-se em certas cidades e grupos.

13.7 Reis após Nabucodonosor

Depois de 562 a.C., Amel-Marduk, Neriglissar e Labashi-Marduk reinaram por períodos curtos. Golpes e mudanças dinásticas indicam instabilidade de corte. Nabonido tomou o trono em 556 a.C. e promoveu o deus lunar Sin, especialmente em Harran.

Nabonido permaneceu anos em Tayma, no norte da Arábia, enquanto o príncipe Belsazar administrava a Babilônia. As razões são discutidas: estratégia de rotas, culto, doença ou conflito político. A ausência interferia no festival do Ano-Novo, no qual a presença do rei tinha papel ritual.

13.8 Ciro II e a tomada da Babilônia

O Império Persa expandiu-se sob Ciro II, que derrotou os medos e a Lídia. Em 539 a.C., venceu Nabonido em Opis; Sippar caiu e tropas persas entraram na Babilônia. A Crônica de Nabonido e o Cilindro de Ciro apresentam perspectivas distintas. A entrada foi relativamente rápida, mas a narrativa de recepção pacífica e universal pertence à legitimação do conquistador.

Ciro apresentou-se como escolhido de Marduk, restaurador de cultos e rei legítimo da Babilônia. Em vez de impor uma ideologia inteiramente externa, apropriou-se da tradição local. O cilindro registra retorno de imagens divinas e populações a santuários, mas não é uma declaração moderna universal de direitos humanos.

Mito moderno: O Cilindro de Ciro é uma fonte fundamental de legitimação e política religiosa aquemênida. Chamá-lo de “primeira carta de direitos humanos” projeta uma categoria do século XX sobre uma inscrição régia babilônica e obscurece seu contexto.

13.9 Fim ou transição?

539 a.C. encerrou a independência da dinastia neobabilônica, não a civilização babilônica. Escribas continuaram a produzir cuneiforme; templos mantiveram atividades; elites adaptaram-se à nova administração. Reis aquemênidas usaram títulos babilônicos e governaram por instituições locais.

Para esta coleção, 539 é um marco adequado porque inicia uma nova escala imperial, tratada no volume seguinte. Historicamente, é uma transição de soberania com continuidades profundas.

Leituras-base do capítulo: Paul-Alain Beaulieu, *A History of Babylon, 2200 BC-AD 75*; Michael Jursa, *Aspects of the Economic History of Babylonia in the First Millennium BC*; Laurie E. Pearce e Cornelia Wunsch, *Documents of Judean Exiles and West Semites in Babylonia*; Amélie Kuhrt, *The Persian Empire*; Karen Radner, Nadine Moeller e D. T. Potts, eds., *The Oxford History of the Ancient Near East*.

14. Linha do tempo e impérios coexistentes

14.1 Como ler a coexistência

Uma cronologia linear pode fazer parecer que um império entregou o mundo ao seguinte. Na realidade, impérios coexistiram com outros impérios, reinos e redes. Akkad teve concorrentes e periferias; o Egito do Reino Novo compartilhou o sistema com Mitani, Hatti e Babilônia; a Assíria enfrentou Urartu, Egito, Elam e Babilônia; o Império Neobabilônico conviveu com medos, lídios, egípcios e persas.

As faixas abaixo são aproximações. “Existência” pode significar dinastia, fase imperial ou período de hegemonia, não ocupação máxima contínua. A tabela deve ser lida horizontalmente para perceber simultaneidades e verticalmente para acompanhar transformações.

Período	Mesopotâmia	Egito/Núbia	Anatolia/Síria	Levante e vizinhos
c. 2350-2200	Império de Akkad	Antigo Reino tardio/1º Intermediário	idades e redes regionais	Ebla e cidades sírias
c. 2112-2004	Ur III	Médio Reino em formação	reinos anatólios	idades e rotas amoritas
c. 1900-1600	Isin, Larsa, Assur, Babilônia	Médio Reino/2º Intermediário	Kanesh; antigo Hatti	Mari, Yamhad, Cadesh
c. 1600-1400	Babilônia cassita; Mitani	Reino Novo em expansão	Hatti em recomposição	vassalos egípcios e mitanianos
c. 1400-1200	Assíria média; cassitas	Egito imperial	Império Hitita	Ugarit e cidades disputadas
c. 1200-900	Assíria e Babilônia retraídas	fim do Reino Novo; fragmentação	Estados siro-hititas	fenícios, arameus, filisteus, Israel
c. 900-745	Assíria em expansão	líbios e Kush	Urartu; reinos sírios	Israel, Judá, Damasco, fenícios
c. 745-609	Império Neoassírio	Kush e Egito saíta; invasões assírias	Urartu e províncias assírias	reinos anexados ou vassalos
c. 626-539	Império Neobabilônico	Egito saíta	medos e lídios	domínio babilônico; expansão persa

14.2 Coexistência no período de Akkad

Akkad reuniu grande parte da Mesopotâmia, mas não dominou todo o espaço conectado. Elam possuía dinâmicas próprias; cidades sírias negociavam ou resistiam; redes do Golfo continuavam. O título universal era uma reivindicação de ordem, não descrição cartográfica literal.

A ausência de outro império territorial equivalente imediatamente ao lado não significa vazio. Confederações, cidades e populações móveis limitavam capacidade. Império sempre coexiste com formas políticas que seus textos podem chamar de rebeldes, bárbaros ou servos.

14.3 O clube dos grandes reis

No século XIV a.C., Egito, Hatti, Mitani, Babilônia cassita e Assíria disputaram status. O sistema não era equilíbrio estático: Mitani caiu; a Assíria subiu; Hatti e Egito fizeram paz. Relações diplomáticas transformavam a hierarquia sem exigir conquista total.

As cidades levantinas ocupavam posição dupla. Eram subordinadas a grandes potências e agentes com estratégias próprias. Uma história vista apenas das capitais perde a política que decidia qual império realmente tinha influência numa rota.

14.4 O triângulo Assíria-Babilônia-Elam

Nos séculos VIII e VII a.C., Elam apoiou diferentes forças babilônicas contra a Assíria. A Assíria interveio repetidamente no sul; reis e casas caldeias negociaram alianças; conflitos internos elamitas alteraram a equação. Nenhum dos três polos pode ser estudado isoladamente.

Assurbanípal derrotou Elam e representou a devastação de Susa, mas o esgotamento das guerras afetou todo o sistema. A destruição do rival não garantiu estabilidade babilônica nem impediu a queda posterior da Assíria.

14.5 Egito como aliado imaginado e poder real

Reinos levantinos frequentemente buscaram apoio egípcio contra Assíria ou Babilônia. O Egito possuía prestígio, recursos e interesse na região, mas sua capacidade de projetar força variou. Promessas ou expectativas de auxílio podiam estimular rebeliões que o apoio efetivo não sustentava.

Isso demonstra a importância da percepção. Uma potência não precisa controlar uma região para influenciar decisões; basta ser considerada alternativa possível. Hegemonia inclui administrar as expectativas sobre rivais.

14.6 Medos, lídios e persas

Os medos participaram da derrota assíria, mas sua organização imperial é menos documentada e provavelmente diferente da imagem de um Estado centralizado herdada de autores gregos posteriores. A Lídia controlou grande parte da Anatólia ocidental. O Egito saíta manteve autonomia. Ciro II derrotou medos e lídios antes de tomar Babilônia.

Assim, a queda de 539 não foi encontro súbito entre Babilônia e um invasor desconhecido. Foi resultado de uma expansão persa já observável, dentro de um sistema de potências concorrentes.

14.7 Oito janelas de simultaneidade

1. c. 2300 a.C.: Akkad expande-se enquanto Ebla e centros elamitas mantêm redes próprias.
2. c. 1750 a.C.: Hammurabi domina o sul após um sistema que incluía Mari, Eshnunna, Larsa e Assíria.
3. c. 1450 a.C.: Egito avança no Levante; Mitani controla o norte sírio; Hatti recupera-se; cassitas governam Babilônia.
4. c. 1350 a.C.: Amarna conecta Egito, Hatti, Mitani, Assíria, Babilônia e Alashiya por cartas.
5. c. 1274 a.C.: Egito e Hatti lutam em Cadesh enquanto Assíria cresce e Babilônia preserva seu status.
6. c. 850 a.C.: Assíria expande-se, mas enfrenta coalizões sírias, Urartu, Babilônia e reinos levantinos.
7. c. 670 a.C.: Assíria alcança o Egito, combate Elam e administra uma Babilônia instável.
8. c. 550 a.C.: Babilônia, Egito, Lídia e o novo poder persa coexistem antes das conquistas de Ciro.

14.8 Coexistência não é equilíbrio pacífico

Potências simultâneas podem viver em guerra, paz armada, aliança ou hierarquia. O termo coexistir indica presença contemporânea, não reconhecimento mútuo como iguais. Um grande rei podia considerar outro irmão e tratar dezenas de governantes como servos.

Para estudar uma simultaneidade, combine quatro mapas mentais: territórios; rotas; alianças; e tempo de comunicação. Dois impérios distantes podiam trocar presentes sem fronteira comum; dois vizinhos podiam lutar por cidades intermediárias durante gerações.

Leituras-base do capítulo: Amanda H. Podany, *Brotherhood of Kings*; Mario Liverani, *International Relations in the Ancient Near East*; William L. Moran, *The Amarna Letters*; Gary Beckman, *Hittite Diplomatic Texts*; Raymond Cohen e Raymond Westbrook, orgs., *Amarna Diplomacy*.

15. Comparação, controvérsias e roteiro de estudo

15.1 Comparar sem nivelar

Comparação não consiste em escolher o império “mais avançado”. Consiste em formular a mesma pergunta para casos diferentes e explicar por que as respostas variam. Akkad e Assíria usaram títulos universais, mas possuíam escalas documentais e instituições diferentes. Egito e Hatti controlaram partes da Síria, porém suas geografias centrais e formas de incorporação não eram iguais.

Unidades comparáveis são essenciais. Não compare a extensão máxima de um império com a área central cotidiana de outro; nem uma dinastia de quinhentos anos com o reinado de um conquistador. Defina período, espaço e indicador.

15.2 Cinco dimensões comuns

Uma comparação robusta pode seguir cinco dimensões. Formação pergunta como o centro obteve capacidade. Incorporação examina províncias, vassalos e intermediários. Extração identifica tributo, impostos, trabalho e saque. Legitimidade analisa deuses, justiça, genealogia e monumentos. Transformação explica crises, sucessores e continuidades.

Essas dimensões devem ser conectadas. Por exemplo, a provincialização assíria aumentava receita e informação, mas ampliava custo e dependência de oficiais. Uma prática possui vantagens e riscos simultaneamente.

15.3 O debate sobre o “primeiro império”

Akkad é frequentemente chamado de primeiro império da história. A afirmação depende da definição. Antes dele, Uruk exerceu influência ampla e reis sumérios construíram hegemonias. Akkad, porém, apresenta combinação clara de dinastia suprarregional, conquista duradoura, título universal e administração de múltiplos centros.

Em vez de buscar um vencedor absoluto, explicita o critério. “Primeiro império territorial mesopotâmico bem documentado” é mais preciso que “primeiro império” sem qualificação.

15.4 O debate sobre centralização

Ur III e Assíria parecem altamente centralizados por causa de arquivos e ordens. Mas centralização possui dimensões: nomeação de governadores, uniformidade fiscal, controle da terra, justiça, forças armadas e culto. Um Estado pode centralizar informação e delegar cobrança; controlar exército e preservar leis locais.

O indicador deve ser prático. Pergunte quem nomeava, quem pagava, quem julgava e quanto tempo uma ordem levava para ser executada. Termos gerais sem mecanismo pouco explicam.

15.5 O debate sobre etnia e migração

Rótulos como amorita, cassita, hurrita, arameu e Povos do Mar aparecem em fontes diferentes. Não correspondem automaticamente a povos biologicamente homogêneos ou culturas materiais exclusivas. Identidade podia ser linguística, política, geográfica, genealógica ou atribuída por inimigos.

Arqueologia, nomes pessoais, língua e textos devem ser triangulados. Uma nova cerâmica pode acompanhar migração, troca, moda ou reorganização produtiva. Nenhum marcador isolado resolve a questão.

15.6 O debate sobre clima e colapso

Clima tornou-se tema importante graças a novos proxies e datações. O risco é transformar correlação em causalidade direta. Um estudo responsável especifica área, intervalo, resolução do dado e mecanismo social. Também procura regiões que enfrentaram o mesmo estresse com resultados diferentes.

A comparação de resiliência é mais produtiva que o determinismo. Armazenamento, diversidade de cultivos, rotas alternativas, desigualdade e legitimidade condicionam a resposta a secas.

15.7 Bíblia e história imperial

Textos bíblicos preservam experiências de Assíria, Babilônia, Egito e Pérsia, mas foram compostos e editados em gêneros diversos. Alguns narram acontecimentos próximos; outros reinterpretem o passado teologicamente. A crítica histórica não exige rejeitar o texto nem aceitá-lo literalmente.

Compare versões, datação literária, inscrições externas e arqueologia. Pergunte qual comunidade preservou a narrativa e qual problema posterior ela procurava compreender. Memória é evidência histórica mesmo quando não funciona como relatório contemporâneo.

15.8 Como avaliar um documentário

Um documentário sério identifica especialistas, instituições e fontes. Distingue reconstrução visual de vestígio real, informa quando uma data é aproximada e evita apresentar hipótese minoritária como segredo censurado. Mapas são datados; citações antigas recebem contexto; imagens de museu possuem legenda.

Sinais de alerta incluem títulos que prometem revelar “a verdade proibida”, música usada para substituir argumento, ausência de bibliografia, mapas sem data, números exatos sem fonte e uso de textos antigos como filmagem literal. Produção cara não garante rigor.

15.9 Sequência de estudo em doze semanas

1. Semana 1: revisar conceitos de império e método de fontes.

2. Semana 2: cidades sumérias, escrita e redes pré-imperiais.
3. Semana 3: Akkad; comparar Sargão e Naram-Sin.
4. Semana 4: Ur III; ler uma tabuinha administrativa em tradução.
5. Semana 5: Mari, Assur mercantil e Hammurabi.
6. Semana 6: Egito do Reino Novo e formas de domínio na Núbia e no Levante.
7. Semana 7: Mitani, cassitas e Hatti.
8. Semana 8: cartas de Amarna e tratado egípcio-hitita.
9. Semana 9: crise de 1200 a.C.; construir um quadro multicausal.
10. Semana 10: reinos da Idade do Ferro e expansão assíria.
11. Semana 11: administração neoassíria e Babilônia.
12. Semana 12: Neobabilônicos, Ciro e síntese comparativa.

15.10 Como produzir uma postagem de blog

Comece com uma pergunta delimitada, como “A batalha de Cadesh teve vencedor?” ou “Por que a Assíria deportava populações?”. Apresente a resposta curta, explique as fontes, exponha o debate e conclua com bibliografia. Uma postagem não precisa incluir toda a história para ser rigorosa; precisa mostrar seus limites.

Evite copiar a sequência de uma única obra. Construa síntese com duas ou três referências e redija em linguagem própria. Ao usar imagem, verifique licença, autor, instituição, número de inventário e restrições. Links para o objeto no museu são preferíveis a imagens sem origem.

15.11 Ficha de verificação de uma afirmação

- A data é exata, aproximada ou convencional?
- A fonte é contemporânea, posterior ou moderna?
- O texto descreve, prescreve ou comemora?
- Existe evidência independente?
- A escala é cidade, reino, dinastia ou sistema regional?
- Uma hipótese está sendo apresentada como consenso?
- O mapa distingue controle direto e influência?
- A conclusão reconhece grupos ausentes do arquivo?

Padrão editorial: Uma boa síntese histórica não elimina a incerteza: organiza-a. O leitor deve saber o que é amplamente aceito, o que é provável, o que permanece debatido e qual evidência poderia alterar a conclusão.

15.12 Perguntas comparativas finais

Que impérios dependiam mais de cidades vassalas? Onde a família real funcionou como administração? Em quais casos língua e escrita circularam além do domínio político? Quando a destruição de uma capital encerrou o império e quando outras regiões continuaram? Como a memória de um império foi usada pelo sucessor?

Responder exige retornar aos capítulos, preencher matrizes e construir cronologias em camadas. O objetivo não é decorar todos os reis, mas compreender relações entre recursos, instituições, legitimidade e ambiente externo.

Leituras-base do capítulo: Marc Van De Mieroop, *Cuneiform Texts and the Writing of History*; Mario Liverani, *Myth and Politics in Ancient Near Eastern Historiography*; Amélie Kuhrt, *The Ancient Near East*; Eleanor Robson, *Ancient Knowledge Networks*; Amanda H. Podany, *Weavers, Scribes, and Kings*.

Apêndice A. Cronologia analítica

A.1 Como usar esta cronologia

A cronologia abaixo seleciona acontecimentos que alteraram a estrutura do poder. Ela não pretende listar todos os reis. Datas do terceiro e do segundo milênios são aproximadas; para o período paleo-babilônico e hitita, adota-se em geral a cronologia média. Use a coluna “significado” para transformar memorização em análise.

Data aproximada	Centro ou região	Acontecimento	Significado analítico
c. 2500 a.C.	Sul mesopotâmico	guerras entre cidades como Lagash e Umma	hegemonias e administração precedem Akkad
c. 2350	Uruk e sul	Lugalzagesi reúne cidades	precedente imediato da unificação sargônica
c. 2334-2279	Akkad	reinado convencional de Sargão	formação do primeiro império territorial mesopotâmico bem documentado
c. 2278-2255	Akkad	Rimush e Manishtushu reprimem revoltas	sucessão testa a coesão imperial
c. 2254-2218	Akkad	Naram-Sin, grande rebelião e título universal	intensificação da ideologia imperial
c. 2200-2150	Mesopotâmia	fragmentação de Akkad	combinação de crise interna, ambiente e poderes regionais
c. 2112	Ur	Ur-Nammu funda Ur III	reunificação e linguagem de restauração
c. 2094-2047	Ur	longo reinado de Shulgi	expansão administrativa, culto régio e infraestrutura
c. 2004	Ur	conquista elamita e fim da dinastia	colapso do centro e sobrevivência institucional
c. 1950-1850	Assur-Kanesh	auge da rede comercial paleoassíria	conectividade sem conquista territorial
c. 1813-1776	Alta Mesopotâmia	reino de Shamshi-Adad I	integração dinástica vulnerável à sucessão
c. 1792-1750	Babilônia	reinado de Hammurabi	expansão tardia e realeza de justiça
c. 1759	Mari	conquista babilônica	fim de um grande arquivo palaciano regional
c. 1595	Babilônia	incursão hitita de Mursili I	distância entre ataque, ocupação e sucessão política
c. 1550	Egito	Ahmose inicia o Reino Novo	reunificação e expansão externa

Data aproximada	Centro ou região	Acontecimento	Significado analítico
c. 1479-1425	Egito	Tutmés III e campanhas levantinas	consolidação de rede de vassalos
c. 1500-1350	Alta Mesopotâmia	auge de Mitani	sistema regional multipolar
c. 1400-1155	Babilônia	consolidação cassita	longa integração de dinastia externa à tradição local
c. 1353-1336	Egito	Akhenaton e capital em Amarna	reforma religiosa e arquivo diplomático
c. 1344-1322	Hatti	Suppiluliuma I	transformação hitita em grande império
c. 1274	Cadesh	batalha entre Ramsés II e Muwatalli II	vitória propagandística sem decisão hegemônica
c. 1259	Egito-Hatti	tratado de paz	estabilização da fronteira e aliança
c. 1200	Mediterrâneo oriental	destruições e abandono de centros	crise multicausal e fim de sistemas palacianos
c. 1186-1155	Egito	Ramsés III e retração externa	sobrevivência estatal sem restauração imperial
c. 911-859	Assíria	reconquista gradual	início convencional do período neoassírio nesta coleção
883-859	Kalhu	Ashurnasirpal II constrói nova capital	monumentalização e campanha regular
853	Qarqar	coalizão enfrenta Shalmaneser III	limites da vitória inscrita e resistência coordenada
745-727	Assíria	Tiglade-Pileser III	provincialização e intensificação imperial
722/720	Samaria	conquista e reorganização assíria	anexação, deportação e reassentamento
721-705	Assíria	Sargão II e Dur-Sharrukin	nova dinastia e capital como legitimação
701	Judá	campanha de Senaqueribe	submissão regional e sobrevivência de Jerusalém
689	Babilônia	Senaqueribe destrói a cidade	limite político da repressão a um centro sagrado
671	Egito	Esarhaddon conquista Mênfis	máxima projeção e alto custo logístico
663	Egito	forças assírias alcançam Tebas	alcance temporário, não incorporação duradoura
652-648	Babilônia	guerra de Shamash-shumu-ukin	conflito dinástico e fratura imperial

Data aproximada	Centro ou região	Acontecimento	Significado analítico
626	Babilônia	Nabopolassar inicia rebelião	formação do Estado neobabilônico
614-612	Assur e Nínive	medos e babilônios tomam capitais	colapso acelerado do centro assírio
609	Harran	fim da resistência assíria organizada	encerramento convencional do império
605	Carquemis	vitória de Nabucodonosor II	domínio babilônico da Síria e Levante
597	Jerusalém	primeira conquista babilônica	deportação seletiva e governo subordinado
587/586	Jerusalém	destruição e nova deportação	fim da monarquia de Judá e memória do exílio
539	Babilônia	conquista por Ciro II	transição ao Império Aquemênida

A.2 Cronologias que não devem ser confundidas

Cronologia política acompanha reinados e conquistas. Cronologia arqueológica acompanha fases de cerâmica, construção, destruição e assentamento. Cronologia textual acompanha produção, cópia e descoberta de documentos. Um texto sobre Sargão pode ter sido composto séculos depois; uma tabuinha pode ser cópia tardia de tradição antiga; uma camada destruída pode não corresponder ao rei que reivindicou a campanha.

Ao construir sua própria linha do tempo, use cores ou colunas separadas para acontecimentos, fontes e interpretações. Isso impede que a data da narrativa seja confundida com a data do evento narrado.

Apêndice B. Matrizes comparativas

B.1 Formas de incorporação

Império	Núcleo	Províncias	Vassalos	Fronteira característica
Akkad	Akkad e cidades do sul	presença variável em centros estratégicos	submissões e tributo	corredores para norte, Elam e Golfo
Ur III	sul mesopotâmico	províncias centrais registradas	periferias militares	Zagros e Elam
Egito do Reino Novo	vale do Nilo	Núbia mais incorporada	cidades levantinas	Síria disputada
Hitita	Anatólia central	distritos e centros dinásticos	reinos por tratado	Síria e oeste anatólico
Neoassírio	coração assírio	malha provincial extensa	reis clientes	Urtu, Elam, desertos, Egito
Neobabilônico	Babilônia e cidades do sul	administração herdada e regional	Levante subordinado	Egito, Arábia e expansão persa

B.2 Recursos e mecanismos

Império	Receita e bens	Trabalho	Informação	Legitimidade
Akkad	saque, tributo, domínios	dependentes e obrigações locais	inscrições, governadores, mensageiros	Ishtar, títulos universais, dinastia
Ur III	bala, rebanhos, campos	equipes e rações	tabuinhas em grande escala	restauração, deificação régia, templos
Egito Novo	produção do vale, ouro, tributo	corveia, oficinas, tropas	escribas, comissários, cartas	faraó, Maat, culto e monumentos
Hitita	tributo, agricultura, rotas	contingentes e serviços	tratados, arquivos, mensageiros	deuses de Hatti, juramentos, família
Neoassírio	impostos, tributo, saque	tropas, obras, reassentados	correio real, cartas, relatórios	Assur, rei universal, palácios
Neobabilônico	templos, tributos, prata	domínios, obras e deportados	arquivos urbanos e crônicas	Marduk, restauração de Babilônia

B.3 Coerção, negociação e colaboração

Caso	Coerção	Negociação	Colaboração necessária
Vassalo levantino	ameaça de campanha e remoção	tributo, juramento, arbitragem	rei local, escribas, guarnição
Província assíria	exército e punição	petições, concessões, privilégios	governador, aldeias, elites urbanas
Núbia egípcia	fortalezas e conquista	incorporação de elites e culto	administradores e comunidades locais
Reino hitita subordinado	sanções do tratado	proteção e sucessão reconhecida	dinastia vassala e contingentes
Cidade babilônica	intervenção régia	privilégios, templos e justiça	famílias, sacerdotes, agentes fiscais

B.4 Matriz para explicar crises

Império	Choque	Vulnerabilidade	Mecanismo	Resultado regional
Akkad	aridez e conflito	sucessão e periferias	receita menor, revoltas, fragmentação	centros locais recuperam autonomia
Ur III	escassez e pressão militar	sistema concentrado	deserção provincial e perda de rotas	Isin e sucessores preservam práticas
Hatti	crise sistêmica c. 1200	abastecimento e disputas	colapso da corte e vassalos	Estados siro-hititas continuam
Egito Novo	perda externa e crise fiscal	dependência de redistribuição	atrasos, poder regional, divisão	Terceiro Período Intermediário
Neoassírio	guerra civil e coalizão	múltiplas frentes e capitais centrais	perda de receita, ataques coordenados	Neobabilônicos e medos assumem espaços
Neobabilônico	expansão persa e crise dinástica	legitimidade contestada	derrota militar e apropriação ritual	continuidade sob soberania aquemênida

B.5 Escala de certeza

Use cinco rótulos em anotações. “Atestado” significa evidência direta e contextualizada. “Amplamente aceito” indica síntese sustentada por várias linhas de evidência. “Provável” reconhece lacunas, mas possui argumento forte. “Debatido” sinaliza interpretações concorrentes. “Especulativo” deve ser reservado a hipóteses com pouca comprovação.

Uma obra séria pode defender hipótese debatida; o problema é ocultar seu status. O rótulo não substitui a justificativa: registre por que a afirmação recebeu aquele grau.

Apêndice C. Glossário essencial

Acádio: Língua semítica escrita em cuneiforme, com variedades babilônica e assíria. Também nomeia, em contexto político, a dinastia e o império de Akkad.

Anais: Inscrições que organizam campanhas e realizações de um rei, muitas vezes por ano ou sequência. São fontes políticas e literárias, não relatórios neutros.

Antigo Oriente Próximo: Categoria moderna para sociedades da Mesopotâmia, Anatólia, Levante, Egito, Irã e regiões conectadas. Seus limites variam conforme o problema estudado.

Aramaico: Língua semítica difundida no primeiro milênio a.C. Tornou-se meio importante de comunicação e administração em vários impérios.

Arquivo: Conjunto de documentos produzido ou reunido por uma instituição, casa ou agente. Sua composição e sobrevivência refletem seleção, uso e acaso arqueológico.

Assiriologia: Campo que estuda línguas, textos, história e culturas da Mesopotâmia cuneiforme. Inclui filologia, história, arqueologia e áreas especializadas.

Bala: Termo associado ao sistema de contribuições rotativas das províncias no Estado de Ur III. Sua operação exata é reconstruída por documentos administrativos.

Casa dinástica: Família governante e sua rede de dependentes, propriedades e alianças. Não corresponde apenas a parentes biológicos; é também organização política.

Cidade-Estado: Formação política centrada numa cidade e em seu território rural. Pode dominar outras cidades sem perder essa base institucional.

Código ou código: Coleção organizada de disposições legais. Para Hammurabi, “código” é convenção moderna e não deve sugerir funcionamento idêntico ao direito codificado contemporâneo.

Colapso: Redução rápida e significativa de complexidade ou capacidade institucional. Deve ser definido por dimensão e região; não significa desaparecimento automático da população.

Cuneiforme: Sistema de escrita realizado principalmente com marcas em forma de cunha em argila. Foi adaptado a várias línguas e usado por mais de três milênios.

Deportação: Deslocamento coercitivo de pessoas ordenado pelo poder. Impérios o usaram para punição, segurança, trabalho, repovoamento e integração territorial.

Dinastia: Sequência de governantes ligados por parentesco real ou reivindicado. Listas dinásticas podem simplificar disputas e reinados concorrentes.

Ensi: Título sumério frequentemente traduzido como governador ou governante de cidade. Seu poder e relação com reis superiores variaram.

Estela: Monumento vertical de pedra com texto ou imagem. Podia marcar vitória, lei, dedicação, fronteira ou memória funerária.

Hegemonia: Predominância de um poder sobre outros sem necessidade de anexação completa. Pode depender de tributo, aliança, prestígio e capacidade de intervenção.

Hurrita: Língua e identificação cultural presentes no norte mesopotâmico, Síria e Anatólia. Mitani esteve fortemente ligado a tradições hurritas.

Ideologia régia: Conjunto de imagens, títulos, rituais e narrativas que apresenta o governante como legítimo. Não é mera falsidade: estrutura expectativas e decisões.

Império: Relação duradoura em que um centro governa populações e territórios diversos por meios diferenciados, combinando coerção, instituições, extração e legitimidade.

Império territorial: Império que busca domínio continuado de extensões terrestres por províncias, guarnições ou vassalos. O controle continua desigual dentro da área reivindicada.

Lamassu: Figura protetora assíria, frequentemente com corpo de touro ou leão, asas e cabeça humana, instalada em entradas monumentais.

Levante: Faixa oriental do Mediterrâneo que inclui, em termos atuais aproximados, partes de Síria, Líbano, Israel, Palestina e Jordânia. É categoria geográfica moderna.

Limmu: Oficial epônimo assírio cujo nome identificava um ano. Listas de limus ajudam a estabelecer cronologia do primeiro milênio a.C.

Maat: Conceito egípcio de ordem, justiça e equilíbrio cósmico-social. O faraó devia mantê-la contra a desordem.

Mesopotâmia: Região entre e ao redor do Tigre e do Eufrates, incluindo contextos do atual Iraque e áreas vizinhas. Sul e norte possuíam ecologias e trajetórias diferentes.

Nome ou nomo: Divisão territorial tradicional do Egito, chamada de sepat em egípcio. Sua administração mudou ao longo dos períodos.

Palácio: Residência régia e complexo administrativo, econômico e cerimonial. “Economia palaciana” não significa que toda atividade era controlada pelo palácio.

Povos do Mar: Rótulo moderno para grupos nomeados em inscrições egípcias do final da Idade do Bronze. Não designa com segurança um povo único ou coalizão permanente.

Província: Circunscrição submetida a um governador e a obrigações regulares. O grau de padronização e autonomia local varia entre impérios.

Proxy climático: Indicador indireto de condições ambientais passadas, como pólen, sedimentos, isótopos ou anéis de árvores. Requer calibração regional e cronológica.

Reino vassalo: Reino que preserva governante próprio, mas deve lealdade, tributo ou tropas a um soberano superior. A relação pode ser formalizada por tratado.

Reassentamento: Instalação de pessoas em nova área, voluntária ou coercitiva. Em contexto assírio, frequentemente integra a política de deportação.

Reino Novo: Período egípcio aproximadamente entre 1550 e 1070 a.C., abrangendo as dinastias XVIII a XX e a fase de maior expansão externa.

Sargônida: Relativo à dinastia assíria iniciada por Sargão II, incluindo Senaqueribe, Esarhaddon e Assurbanípal. Não deve ser confundida com a dinastia de Sargão de Akkad.

Sincronismo: Ligação cronológica entre governantes ou acontecimentos de regiões diferentes. Cartas, batalhas e casamentos podem fornecer sincronismos.

Sumério: Língua sem parentesco demonstrado, escrita em cuneiforme. Permaneceu como língua erudita e cultual depois de deixar de ser falada cotidianamente.

Tawananna: Título da rainha hitita, com funções cultuais e políticas próprias. Podia continuar após a morte do marido.

Tratado: Texto que formaliza paz, aliança ou submissão. No mundo hitita e assírio, juramentos divinos garantiam obrigações.

Tributo: Entrega exigida a um poder superior, em bens, metais, animais ou outras formas. Distingue-se analiticamente de imposto provincial e presente diplomático.

Vassalo: Governante subordinado que conserva autoridade local mediante obrigações. O termo é útil, mas as relações antigas possuíam vocabulários específicos.

Zigurate: Estrutura monumental em plataformas escalonadas associada a complexos templários mesopotâmicos. Não era tumba nem simples torre de observação.

Apêndice D. Laboratório de fontes e atividades

D.1 Dossiê de uma fonte primária

Preencha uma ficha para cada texto, imagem ou objeto. Registre identificação; data do acontecimento; data de produção; local de origem; local de descoberta; suporte; língua; produtor; público; finalidade; resumo; conceitos; omissões; e comparação possível. Termine com uma frase que separe observação de inferência.

Exemplo de separação: “A inscrição afirma que o rei venceu uma coalizão” é observação textual. “A campanha resultou em controle duradouro de toda a região” é inferência e precisa de evidência adicional.

D.2 Estudo 1: a estela de Naram-Sin

Observe hierarquia de tamanho, direção do movimento, armas, paisagem e símbolos celestes. Pergunte como a composição conduz o olhar. Compare o local provável da vitória com o local posterior de achado em Susa. A transferência como troféu alterou o significado do objeto?

Em seguida, compare uma fotografia do objeto, a legenda do museu e uma análise acadêmica. Verifique se a imagem escolar foi recortada ou se preserva a estela inteira. Não use a representação dos vencidos como retrato etnográfico automático.

D.3 Estudo 2: uma tabuinha de Ur III

Escolha no CDLI um recibo de animais, rações ou mensageiros com transliteração e metadados. Identifique data pelo nome do rei e ano de reinado, instituição provável, unidades de medida e pessoas citadas. Converta medidas apenas se a edição especializada permitir; equivalências modernas variam.

Pergunte o que a tabuinha prova e o que não prova. Um registro de entrega mostra que um escriba reconheceu uma obrigação ou transferência; não garante que o total representa toda a produção local.

D.4 Estudo 3: a estela de Hammurabi

Separe imagem superior, prólogo, disposições e epílogo. Selecione casos de temas diferentes, não apenas os mais severos. Identifique categorias sociais e tipo de solução: compensação, restituição, prova, punição ou responsabilidade.

Compare as disposições a um contrato ou decisão judicial do mesmo período em tradução. A diferença ajuda a perceber a distância entre monumento normativo e prática documental.

D.5 Estudo 4: uma carta de Amarna

Escolha duas cartas sobre a mesma crise, preferencialmente de rivais. Marque fórmulas de submissão, acusação, pedido e promessa. Faça uma tabela com fatos que ambos aceitam, pontos contraditórios e informações impossíveis de verificar.

Depois escreva um memorando de dez linhas como se fosse um comissário egípcio. Toda recomendação deve indicar o grau de confiança. A atividade mostra por que o centro enfrentava informação interessada.

D.6 Estudo 5: Cadesh em duas tradições

Examine o relato monumental de Ramsés II e a reconstrução baseada em fontes hititas e no tratado posterior. Distinga resultado tático, controle territorial e efeito diplomático. Uma batalha pode ser celebrada como vitória e ainda não alcançar o objetivo estratégico.

Produza três títulos: um egípcio, um hitita hipotético e um historiográfico. Explique como cada título seleciona um critério de sucesso.

D.7 Estudo 6: anais assírios e arqueologia

Escolha uma campanha, como Laquis em 701 a.C. Compare anais, relevo palaciano, evidência arqueológica e fontes de Judá. Registre convergências e divergências. A cidade conquistada, a capital preservada e o tributo podem pertencer ao mesmo desfecho.

Não transforme silêncio em negação: o fato de uma fonte omitir um acontecimento não prova que ele não ocorreu. Avalie por que a omissão seria útil ao produtor.

D.8 Estudo 7: Crônica de Nabonido e Cilindro de Ciro

Compare gênero, público e avaliação de Nabonido. Identifique como Ciro é integrado à tradição de Marduk. Pergunte quais afirmações tratam de acontecimentos e quais legitimam a nova soberania.

Conclua com um parágrafo sobre continuidade. Liste práticas babilônicas que o conquistador preservou ou apropriou. Evite descrever o cilindro com categorias políticas contemporâneas não presentes no texto.

D.9 Construir uma linha do tempo visual

Crie seis faixas horizontais: Mesopotâmia sul; Assíria e Alta Mesopotâmia; Egito e Núbia; Anatólia; Síria e Levante; Irã e fronteiras orientais. Marque dinastias com barras e acontecimentos com pontos. Use linhas pontilhadas para relações diplomáticas e setas somente para campanhas específicas.

Inclua uma legenda para núcleo, vassalo e zona disputada. A visualização deve mostrar pelo menos três momentos de coexistência, não uma fila de impérios.

D.10 Projeto de postagem ou vídeo

Escolha uma pergunta respondível em até 1.500 palavras ou dez minutos. Use uma síntese acadêmica, uma fonte primária em tradução e um objeto de museu. Abra com a conclusão provisória; apresente evidências; reserve uma seção para incerteza; finalize com três leituras.

Roteiro mínimo: pergunta; contexto; evidência 1; evidência 2; explicação; alternativa; conclusão; créditos de imagem. Não use reconstrução gerada ou dramatização sem identificá-la claramente.

D.11 Banco de perguntas

- Por que Sargão permaneceu modelo para reis muito posteriores?
- Ur III foi mais burocrático que Akkad ou apenas melhor documentado?
- A rede comercial de Assur pode ser chamada de império informal?
- O que a estela de Hammurabi fazia além de apresentar leis?
- Como o Egito governou Núbia e Levante de maneira diferente?
- Por que os grandes reis se chamavam de irmãos?
- O tratado egípcio-hitita prova igualdade entre os dois impérios?
- Quais mecanismos conectam seca e crise política?
- Como pequenos reinos exploravam rivalidades entre impérios?
- Deportações assírias buscavam apenas punição?
- Por que Babilônia era difícil de governar para os assírios?
- Que fatores transformaram crise assíria em colapso rápido?
- A conquista de Ciro foi libertação, ocupação ou sucessão imperial?

D.12 Rubrica de qualidade

Critério	Forte	Adequado	Frágil
Pergunta	delimitada e explicativa	tema claro, ainda amplo	assunto sem problema
Fontes	tipos diferentes triangulados	duas fontes relacionadas	uma fonte isolada
Cronologia	precisão calibrada	datas principais corretas	precisão falsa ou confusão
Comparação	unidades equivalentes	semelhanças e diferenças	ranking anacrônico
Incerteza	debate e evidência explícitos	ressalva geral	hipótese como fato
Autoria	síntese própria e referências	paráfrase com crédito	cópia ou fonte ausente
Imagem	licença, legenda e inventário	instituição identificada	origem desconhecida

Bibliografia comentada

Sínteses gerais

Van De Mieroop, Marc. *A History of the Ancient Near East, ca. 3000-323 BC*. 4ª ed. Wiley-Blackwell, 2021. Síntese cronológica clara, atualizada e adequada como eixo principal de estudo.

Liverani, Mario. *The Ancient Near East: History, Society and Economy*. Routledge, 2014. Interpretação abrangente que integra política, economia, ideologia e geografia.

Kuhrt, Amélie. *The Ancient Near East, c. 3000-330 BC*. 2 vols. Routledge, 1995. Obra extensa, rica em fontes traduzidas e discussão historiográfica; continua valiosa com atualização por bibliografia recente.

Sasson, Jack M., org. *Civilizations of the Ancient Near East*. 4 vols. Scribner, 1995. Coleção temática de referência; capítulos variam em data, mas oferecem especialistas e bibliografias.

Podany, Amanda H. *Weavers, Scribes, and Kings: A New History of the Ancient Near East*. Oxford University Press, 2022. Narrativa acessível que aproxima instituições e experiências individuais.

Método, escrita e historiografia

Van De Mieroop, Marc. *Cuneiform Texts and the Writing of History*. Routledge, 1999. Explica como arquivos cuneiformes moldam perguntas e limites da história.

Liverani, Mario. *Myth and Politics in Ancient Near Eastern Historiography*. Equinox, 2004. Analisa narrativas políticas antigas e o risco de reproduzi-las literalmente.

Robson, Eleanor. *Ancient Knowledge Networks: A Social Geography of Cuneiform Scholarship in First-Millennium Assyria and Babylonia*. UCL Press, 2019. Acesso aberto; mostra conhecimento como rede social e institucional.

Suméria, Akkad e Ur III

Crawford, Harriet. *Sumer and the Sumerians*. 2ª ed. Cambridge University Press, 2004. Introdução arqueológica e histórica ao sul mesopotâmico.

Foster, Benjamin R. *The Age of Agade: Inventing Empire in Ancient Mesopotamia*. Routledge, 2016. Estudo central sobre Akkad, fontes, sociedade e memória imperial.

Westenholz, Joan Goodnick. *Legends of the Kings of Akkade*. Eisenbrauns, 1997. Edição e estudo de tradições posteriores sobre reis acádios.

Michalowski, Piotr. *The Correspondence of the Kings of Ur: An Epistolary History of an Ancient Mesopotamian Kingdom*. Eisenbrauns, 2011. Discute cartas literárias, memória e política de Ur III.

Garfinkle, Steven J. *Entrepreneurs and Enterprise in Early Mesopotamia*. Eisenbrauns, 2012. Corrige modelos excessivamente estatais da economia de Ur III e períodos próximos.

Nissen, Hans J. *The Early History of the Ancient Near East, 9000-2000 B.C.* University of Chicago Press, 1988. Síntese clássica para urbanização, redes e a formação dos primeiros Estados regionais.

Algaze, Guillermo. *Ancient Mesopotamia at the Dawn of Civilization: The Evolution of an Urban Landscape*.

University of Chicago Press, 2008. Estudo comparativo sobre urbanização, geografia econômica e formação estatal na Mesopotâmia.

Babilônia antiga, Mari e comércio assírio

Charpin, Dominique. *Hammurabi of Babylon*. I.B. Tauris, 2012. Biografia histórica que reconstrói diplomacia e expansão a partir de arquivos contemporâneos.

Van De Mieroop, Marc. *King Hammurabi of Babylon: A Biography*. Blackwell, 2005. Introdução crítica ao reinado e à tradição legal.

Podany, Amanda H. *Brotherhood of Kings: How International Relations Shaped the Ancient Near East*. Oxford University Press, 2010. Narrativa da diplomacia entre cortes, útil para Mari e Amarna.

Larsen, Mogens Trolle. *Ancient Kanesh: A Merchant Colony in Bronze Age Anatolia*. Cambridge University Press, 2015. Estudo da rede comercial paleoassíria e de seus arquivos.

Sasson, Jack M. *From the Mari Archives: An Anthology of Old Babylonian Letters*. Eisenbrauns, 2015. Seleção extensa de cartas e documentos de Mari, com tradução e comentários institucionais.

Egito e império

Kemp, Barry J. *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization*. 2ª ed. Routledge, 2006. Analisa instituições, paisagem, cidades e ideologia além da sequência de faraós.

Shaw, Ian, org. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford University Press, 2000. Síntese por especialistas; edições posteriores podem incorporar atualizações.

Morris, Ellen F. *The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom*. Brill, 2005. Estudo especializado sobre bases, fronteiras e projeção de poder.

Murnane, William J. *The Road to Kadesh*. 2ª ed. Oriental Institute, University of Chicago, 1990. Análise detalhada das relações egípcio-hititas antes de Cadesh.

Wilkinson, Toby. *The Rise and Fall of Ancient Egypt*. Random House, 2011. Síntese narrativa ampla, útil como contraponto a estudos especializados sobre o Reino Novo.

Cooney, Kara. *The Woman Who Would Be King: Hatshepsut's Rise to Power in Ancient Egypt*. Crown, 2014. Biografia interpretativa de Hatshepsut baseada em monumentos, objetos e contexto político.

Hititas, Mitani e diplomacia

Bryce, Trevor. *The Kingdom of the Hittites*. 2ª ed. Oxford University Press, 2005. Principal síntese política em inglês, com atenção às fontes e incertezas.

Collins, Billie Jean. *The Hittites and Their World*. Society of Biblical Literature, 2007. Introdução equilibrada a sociedade, religião e história hitita.

Beckman, Gary. *Hittite Diplomatic Texts*. 2ª ed. Society of Biblical Literature, 1999. Traduções de tratados e documentos diplomáticos com contexto.

Moran, William L. *The Amarna Letters*. Johns Hopkins University Press, 1992. Tradução de referência das cartas, a ser usada com estudos mais recentes.

Liverani, Mario. *International Relations in the Ancient Near East, 1600-1100 BC*. Palgrave, 2001. Interpreta normas, linguagem e estrutura do sistema diplomático.

Wilhelm, Gernot. *The Hurrians*. Aris & Phillips, 1989. Introdução de referência à história, sociedade e cultura hurritas, importante para o estudo de Mitani.

Cohen, Raymond, e Raymond Westbrook, orgs. *Amarna Diplomacy: The Beginnings of International Relations*. Johns Hopkins University Press, 2002. Estudos interdisciplinares sobre diplomacia, status, tratados e transações no sistema de Amarna.

Crise do Bronze e Idade do Ferro

Cline, Eric H. *1177 B.C.: The Year Civilization Collapsed*. 2ª ed. Princeton University Press, 2021. Síntese acessível e multicausal; o título usa um ano emblemático, não data única de todas as crises.

Killebrew, Ann E. *Biblical Peoples and Ethnicity*. Society of Biblical Literature, 2005. Integra arqueologia, textos e identidade no Levante do início da Idade do Ferro.

Bryce, Trevor. *The World of the Neo-Hittite Kingdoms*. Oxford University Press, 2012. Acompanha os Estados sucessores de Hatti e suas relações com a Assíria.

Sader, Hélène. *The History and Archaeology of Phoenicia*. SBL Press, 2019. Síntese atualizada da história e arqueologia das cidades fenícias a partir de fontes escritas e escavações.

Liverani, Mario. *Israel's History and the History of Israel*. Equinox, 2005. Discussão historiográfica que confronta tradição textual e reconstrução histórica do antigo Israel.

Zimansky, Paul E. *Ancient Ararat: A Handbook of Urartian Studies*. Caravan Books, 1998. Manual especializado para história, arqueologia e bibliografia de Urartu.

Assíria

Radner, Karen. *Ancient Assyria: A Very Short Introduction*. Oxford University Press, 2015. Porta de entrada concisa e confiável para história e sociedade assírias.

Frahm, Eckart. *Assyria: The Rise and Fall of the World's First Empire*. Basic Books, 2023. Síntese recente, ampla e atenta à recepção posterior da Assíria.

Radner, Karen; Moeller, Nadine; e Potts, D. T., orgs. *The Oxford History of the Ancient Near East*. 5 vols. Oxford University Press, 2020-2023. Coleção acadêmica de referência para a história de Egito e Ásia ocidental, organizada por períodos e debates especializados.

Grayson, A. Kirk. *Assyrian Rulers of the Early First Millennium BC*. University of Toronto Press, 1991-1996. Edições críticas de inscrições reais; exige leitura especializada.

Parpola, Simo, e colaboradores. *State Archives of Assyria*. Helsinki University Press/Eisenbrauns, 1987-. Série de edições e traduções de cartas, tratados e documentos.

Collins, Paul. *Assyrian Palace Sculptures*. British Museum Press, 2008. Introdução visual e contextual aos relevos palacianos assírios preservados no British Museum.

Babilônia no primeiro milênio e Pérsia

Beaulieu, Paul-Alain. *A History of Babylon, 2200 BC-AD 75*. Wiley-Blackwell, 2018. Síntese que acompanha a cidade e a região através de mudanças dinásticas.

Jursa, Michael. *Aspects of the Economic History of Babylonia in the First Millennium BC*. Ugarit-Verlag, 2010. Estudo especializado da economia institucional e privada.

Pearce, Laurie E., e Cornelia Wunsch. *Documents of Judean Exiles and West Semites in Babylonia in the Collection of David Sofer*. CDL Press, 2014. Publica documentos que iluminam comunidades judaítas na Babilônia.

Kuhrt, Amélie. *The Persian Empire: A Corpus of Sources from the Achaemenid Period*. Routledge, 2007. Fontes contextualizadas para continuar o estudo após 539 a.C.

Como montar uma biblioteca em português

Traduções disponíveis variam por país e edição. Procure catálogos de bibliotecas universitárias por autor e título original; traduções podem usar “Oriente Antigo”, “Próximo Oriente Antigo” ou “Antigo Oriente Próximo”. Combine uma síntese em português com artigos e materiais digitais acadêmicos em espanhol, inglês ou francês. Evite depender de uma única coleção de divulgação.

Para comprar livros, confira edição e sumário. Obras muito antigas podem ser clássicas, mas cronologia, arqueologia e linguagem historiográfica mudaram. Use-as junto a uma síntese publicada ou revista nos últimos vinte anos.

Fontes digitais, cursos e documentários sérios

Textos cuneiformes e inscrições

[ORACC - Open Richly Annotated Cuneiform Corpus](#)

O ORACC reúne projetos com transliterações, traduções, glossários e corpora de inscrições. Use a lista de projetos para localizar inscrições reais assírias, textos babilônicos e materiais temáticos. Cada projeto possui equipe e escopo próprios.

[CDLI - Cuneiform Digital Library Initiative](#)

O CDLI oferece catálogo, imagens e metadados de tabuinhas distribuídas em coleções. Comece pela busca e registre número do objeto, proveniência declarada, período, gênero e bibliografia. Proveniência desconhecida deve permanecer indicada.

[ETCSL - Electronic Text Corpus of Sumerian Literature](#)

O ETCSL preserva transliterações e traduções de literatura suméria. É valioso, mas seu projeto foi encerrado e algumas traduções devem ser comparadas a edições mais recentes.

[Assyrian Empire Builders](#)

Portal de pesquisa e divulgação ligado a arquivos assírios, com cartas, biografias, lugares e ensaios. É especialmente útil para transformar documentos isolados em redes de pessoas e decisões.

Museus e cronologias visuais

[The Metropolitan Museum of Art - Heilbrunn Timeline](#)

A cronologia do Met combina ensaios, objetos e mapas. Use páginas regionais lado a lado para visualizar coexistências. Legendas fornecem data, material, proveniência e número de inventário.

[British Museum - Assyria: Nineveh](#)

As galerias e artigos do British Museum apresentam relevos, palácios e a história da descoberta. Para imagens, abra a página individual do objeto e confira os termos de uso.

[Institute for the Study of Ancient Cultures](#)

O ISAC, da Universidade de Chicago, disponibiliza publicações, exposições e gravações de conferências. Busque pelo tema e pelo nome do pesquisador; palestras acadêmicas costumam explicitar evidências e debates melhor que documentários generalistas.

[Smarthistory - Ancient West Asia](#)

Ensaio e vídeos curtos produzidos com especialistas são adequados para introdução visual a objetos como zigurates, lamassus e a Porta de Ishtar. Confirme cronologia com uma síntese histórica.

Egito

[Digital Egypt for Universities](#)

Portal da University College London com cronologias, objetos, lugares e temas. Embora o design seja antigo, o conteúdo institucional é útil e possui boa organização por período.

[Discover Egypt's Monuments - New Kingdom](#)

Portal oficial para monumentos e períodos egípcios. Use-o para identificação de sítios e combine as descrições com bibliografia acadêmica.

Vídeos, aulas e exposições gravadas

[British Museum - I am Ashurbanipal](#)

A página da exposição reúne curadoria, objetos e materiais audiovisuais sobre Assurbanípal. Observe que toda exposição possui argumento curatorial; consulte o catálogo e as legendas.

[The Met - Cyrus Cylinder lecture](#)

Conferência de longa duração com especialista, adequada para compreender o cilindro em seu contexto babilônico e persa. É um bom exemplo de vídeo institucional que identifica palestrante, data e exposição.

[ISAC - Back to School in Babylonia](#)

A exposição oferece materiais e links para palestras sobre educação escribal. É útil para ver como o cuneiforme era aprendido e como objetos arqueológicos sustentam uma reconstrução social.

Como pesquisar documentários em plataformas

Catálogos de streaming mudam por país e por mês; por isso, uma lista fixa envelhece rapidamente. Pesquise pelo título do tema junto ao nome de uma instituição, universidade ou especialista. Prefira produções que exibam consultores acadêmicos nos créditos e disponibilizem página editorial ou bibliografia.

Antes de assistir, anote ano de produção. Documentários antigos podem ter imagens valiosas e interpretações superadas. Depois, escolha três afirmações centrais e verifique-as numa síntese acadêmica ou portal de fontes. O documentário torna-se ponto de partida, não autoridade final.

Roteiro de navegação segura e produtiva

1. Leia primeiro uma síntese de dez a vinte páginas sobre o período.
2. Abra uma cronologia de museu para fixar espaço e simultaneidades.
3. Escolha uma fonte primária em tradução no ORACC, CDLI, ETCSL ou portal equivalente.

4. Consulte a legenda de um objeto e registre número de inventário.
5. Assista a uma palestra de especialista e anote o argumento, não apenas fatos.
6. Procure uma resenha acadêmica se o livro ou documentário fizer afirmação controversa.
7. Salve referência completa e data de acesso.

Critério final: A seriedade de um material não depende de parecer solene. Depende de autoria identificável, fontes rastreáveis, distinção entre evidência e reconstrução, atualização bibliográfica e disposição para declarar incertezas.

Continuação da coleção

O Volume 3 seguirá a expansão persa a partir de Ciro II, examinará o Império Aquemênida, os reinos helenísticos e as conexões com o Mediterrâneo e a Ásia Central. A transição em 539 a.C. será tratada como mudança de soberania e de escala política, sem apagar continuidades administrativas, urbanas, culturais e documentais da Babilônia sob domínio aquemênida.